

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: ENSINO DE LÍNGUA E
LITERATURA

KARLA GISELLY MELO DE MARIA PEREIRA

**UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O USO DOS PRONOMES *ESTE* E *ESSE*
NAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS E PEDAGÓGICAS DO PORTUGUÊS**

Araguaína, Tocantins

2017

KARLA GISELLY MELO DE MARIA PEREIRA

**UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O USO DOS PRONOMES *ESTE* E *ESSE*
NAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS E PEDAGÓGICAS DO PORTUGUÊS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins- UFT/Araguaína, como requisito parcial para obtenção de grau de mestre em Ensino de Língua e Literatura.

Área: Ensino e formação de professores de línguas e de literaturas.

Linha de pesquisa: Teoria e análise linguística em contexto de formação.

Orientador: Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira.

Araguaína, Tocantins

2017

KARLA GISELLY MELO DE MARIA PEREIRA

**UM ESTUDO COMPARATIVO SOBRE O USO DOS PRONOMES *ESTE* E *ESSE*
NAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS E PEDAGÓGICAS DO PORTUGUÊS**

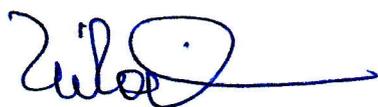
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura da Universidade Federal do Tocantins- UFT/Araguaína, como requisito parcial para obtenção de grau de mestre em Ensino de Língua e Literatura.

Área: Ensino e formação de professores de línguas e de literaturas.

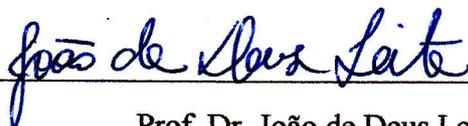
Linha de pesquisa: Teoria e análise linguística em contexto de formação.

Aprovada em: 12/04/2017

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Roberto Peel Furtado de Oliveira. (Orientador)



Prof. Dr. João de Deus Leite.



Prof.^a Dr.^a Andreia Martins Lameirão Mateus.

Araguaína, Tocantins

2017

Aos meus pais, J6 e Regina, ao meu querido
esposo, Valnilson, e ao meu filho, Pedro.

AGRADECIMENTOS

“Em tudo dai graças” (1 Tessalonicenses 5:18 a) e assim começo, agradecendo primeiramente a Deus por esta oportunidade direcionando-me em todas as situações pelas quais passei durante os dois anos de mestrado. Situações que me ajudaram a crescer no conhecimento acadêmico, no relacionamento com as outras pessoas e também no autoconhecimento.

Agradeço ao meu querido e amado esposo Valnilson, que tem sido um amigo, um companheiro nesta jornada, que sempre foi um grande incentivador e ouvinte em todos os momentos, tendo paciência e compreensão nos períodos de ausência que precisava para ler, para estudar e para produzir textos. E não mediu esforços para que esse sonho se realizasse. Esta conquista é NOSSA!

Agradeço ao meu amado filho Pedro que, quando iniciei esta etapa, tinha apenas 4 anos, e partia o meu coração deixá-lo em minha cidade para poder estudar. Mas o tempo foi passando e mesmo na sua inocência compreendeu o quanto era importante para a mamãe todo este esforço.

Aos meus queridos pais, Jó e Regina, aos meus irmãos, Joici, Débora e Filipe, agradeço pelo incentivo, pela preocupação, pelo carinho. À minha irmã Joici que, em alguns momentos, disponibilizou-se e se deslocou de Belém, para vir me ajudar, cuidando do meu filho.

Quero agradecer também aos meus sogros, Valdir e Iodete, pela disponibilidade, pelo carinho e pelo cuidado que tiveram com meu filho, ajudando-me assim a viajar mais tranquila e a estudar, tendo a certeza de que ele estava em boas mãos.

Agradeço ao professor Luiz Roberto Peel, meu orientador. Um homem cheio de conhecimento, que transmite amor pela língua portuguesa, de uma simplicidade, propositivo, compreensivo e divertido, que me ajudou muito tornando mais tranquila essa caminhada (apesar da minha ansiedade). Muito obrigada professor por sua orientação e por acreditar no meu trabalho.

Agradeço ao Prof. Dr. José Pereira e à Prof.^a Dr.^a Andreia, por terem aceitado o convite para participar da minha qualificação, ajudando-me para o aprimoramento do meu trabalho e, quero agradecer também ao professor Dr. João de Deus, que aceitou juntamente com a professora Dr.^a Andreia, compor a banca da minha defesa, obrigada pela análise criteriosa e pelas contribuições preciosas que deram a este trabalho.

As queridas, Noelma, Elisângela, Hélen e Jonilza, agradeço o acolhimento que tive em suas casas, nas semanas de aula em Araguaína e em Palmas. Muito obrigada por me receberem com tanto carinho.

Agradeço a querida colega Eliane com quem compartilhei ideias, reflexões, dúvidas, produções. Nossos momentos de conversas sobre esta caminhada foram enriquecedoras e também foram momentos divertidos. Muito obrigada pela sua amizade!

Quero agradecer a Universidade Estadual do Maranhão, à Prof^a. Dr^a. Maria da Guia e ao Prof. Dr. Gilberto, coordenadores do curso de Letras. Quando passei no mestrado, estava vinculada a esta instituição de ensino e tive coordenadores que se alegraram comigo na aprovação e foram generosos propondo meios com que eu pudesse continuar com o trabalho que estava desenvolvendo na universidade e tivesse tempo para participar das aulas em Araguaína. Muito obrigada pela confiança que depositaram em mim!

Agradeço aos colegas da turma de mestrado e de doutorado/ 2015, pelos momentos de discussões, de reflexões, de bate-papo na cantina, de ouvir as poesias da nossa querida colega Valdivina, que tanto enriqueceram os nossos encontros, foram momentos que jamais esquecerei.

Aos meus amigos que torceram por mim, muito obrigada pelo carinho, pela preocupação e pela dedicação.

Agradeço ao nosso querido secretário do curso, Aloísio, sempre solícito e atencioso, tirando as nossas dúvidas, enviando sempre os avisos de publicações nas revistas, congressos, seminários, etc. (poucos fazem o trabalho assim!). Muito obrigada!

Agradeço aos queridos professores: Antônio, Maria José, Karilleyla Andrade, Ana Cláudia, Márcio Melo e Luiz Roberto Peel. Em cada disciplina que cursei, foram momentos de aprendizagem, de descobertas, de reflexão sobre a língua e sobre o ensinar língua e literatura. Muito obrigada por compartilharem o conhecimento!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Letras: Ensino de Língua e Literatura pela qualidade das disciplinas cursadas, e aos funcionários da UFT/ Araguaína por toda a atenção e o auxílio dispensados.

Muito obrigada a todos!

RESUMO

O estudo dos pronomes demonstrativos do Português brasileiro gera um pouco de dúvida, será que utilizo *este* ou *esse*?. Esta pergunta vêm acompanhando o estudo dos demonstrativos desde o latim vulgar, período em que houve uma transição linguística, no qual temos a substituição do *hic, haec, hoc* pelo *iste, ista, istud*, para se referir a 1ª pessoa do discurso, sendo que antes, no latim clássico, *iste* era usado tanto para a 1ª pessoa quanto a 2ª pessoa do discurso, e recorre-se ao uso dos pronomes de identidade *ipse, ipsa, ipsum*, para ocupar o lugar de *iste*, e assim se referir à 2ª pessoa do discurso. Esta primeira mudança no sistema de uso dos demonstrativos e outras que ocorreram ao longo da história podem ter gerado essa dúvida no uso. Pela perspectiva panocrônica no estudo da língua, procurou-se na presente investigação, fazer um levantamento bibliográfico sobre a história da gramática, para assim verificarmos de forma comparativa o que nos propõem as gramáticas normativas de Almeida (2009), de Cunha e Cintra (2013), de Rocha Lima (2014) e de Bechara (2015), e as pedagógicas de Perini (2010), de Neves (2011), de Castilho e Elias (2012), e de Bagno (2012), sobre o uso dos demonstrativos, e posteriormente, analisarmos o emprego dos demonstrativos em textos clássicos e em textos atuais. Para a constituição deste *corpus*, escolhemos 5 contos de Machado de Assis e artigos publicados no período de janeiro à junho de 2015 da jornalista Ruth de Aquino para a Revista Época. Nossos resultados indicam que há uma certa discordância, entre as gramáticas normativas e pedagógicas, quanto ao emprego dos demonstrativos *este* e *esse*, nas referências relacionadas ao discurso. Também observamos que nas gramáticas normativas, há uma certa “relativização” no uso dos demonstrativos. Analisamos ao todo 292 registros de demonstrativos e as análises textuais indicaram que nas referências anafóricas nos textos clássicos o *este* é predominante, e nos textos atuais temos a predominância do *esse*.

Palavras-chave: Pronomes demonstrativos do Português brasileiro; Gramáticas normativas; Gramáticas pedagógicas; Ensino.

ABSTRACT

The study of demonstrative pronouns of Brazilian Portuguese generates a bit of doubt, will I use *este* or *esse*?. This question follows the study of the demonstratives from Vulgar Latin, a period in which there was a linguistic transition, in which we have the substitution of *hic, haec, hoc* for *iste, ista, istud*, to refer to the first person of speech, In classical Latin, it was used both for the first person and the second person of the speech, and it is used the identity pronouns *ipse, ipsa, ipsum* to take the place of *iste*, and thus refer to the 2nd Speech. This first change in the system of use of statements and others that have occurred throughout history, may have generated this doubt in use. In the present study, the aim of this research was to analyze the history of grammar in order to compare the normative grammars of Almeida (2009), of Cunha and Cintra (2013), of Rocha Lima (2014) and of Bechara (2015), and the pedagogical ones of Perini (2010), of Neves (2011), of Castilho and Elias (2012), and of Bagno (2012), on the use of the statements, and later, Demonstratives in classic texts and current texts. For the constitution of this corpus, we chose 5 short stories by Machado de Assis and articles published from January to June 2015 by journalist Ruth de Aquino for Época Magazine. Our results indicate that there is a certain disagreement, between normative and pedagogical grammars, regarding the use of *este* and *esse* statements, in the references related to the discourse. We also observe that in normative grammars, there is a certain "relativization" in the use of statements. We analyzed 292 demonstrative records and the textual analyzes indicated *este* in the anaphoric references in the classic texts the latter is predominant, and in the current texts we have the predominance of the *esse*.

Keywords: Demonstrative Pronouns of Brazilian Portuguese; Normative Grammar; Pedagogical Grammars; Teaching.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. LÓGICA, NORMATIVIDADE E GRAMÁTICA	15
1.1. LÓGOS- LINGUAGEM: ORIGEM FILOSÓFICA	15
1.2 ESTOICOS E O INÍCIO DA NORMATIVIDADE	20
1.3 OS ALEXANDRINOS E A EFETIVAÇÃO DA NORMATIVIDADE.....	21
1.4 A GRAMÁTICA GRECO-LATINA.....	26
1.5 A GRAMÁTICA NA IDADE MÉDIA.....	29
1.6 A GRAMÁTICA E O RENASCENTISMO.....	33
1.7 GRAMÁTICA DE PORT- ROYAL.....	36
1.7.1 A Gramática de Port-Royal e a Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa de Jerónimo Soares Barbosa	39
1.8 GRAMÁTICA E LINGÜÍSTICA.....	40
2 BREVE PERCURSO HISTÓRICO DOS DEMONSTRATIVOS NA LÍNGUA PORTUGUESA	46
2.1 PERCURSO HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	46
2.2 A PRESENÇA DO DEMONSTRATIVO NO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA LÍNGUA PORTUGUESA.....	50
2.2.1 Latim clássico e vulgar	50
2.2.2 Galego-português ou Português arcaico	52
2.2.3 Português Clássico ou Moderno	55
2.2.4 Português Contemporâneo	57
3 USO DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS ESTE E ESSE SEGUNDO A GRAMÁTICA NORMATIVA	60

4 USO DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS ESTE E ESSE SEGUNDO AS GRAMÁTICAS PEDAGÓGICAS.....	77
5 SÍNTESE DAS ANÁLISES DAS GRAMÁTICAS NORMATIVAS E PEDAGÓGICAS.....	95
6 USO DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS ESTE E ESSE NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS E EM TEXTOS ATUAIS.....	99
6.1 USO DOS PRONOMES ESTE E ESSE NOS CONTOS DE MACHADO DE ASSIS.....	99
6.1.1 Conto <i>A</i> <i>mulher</i> <i>de</i> <i>preto</i> (1870).....	100
6.1.2 Conto <i>O</i> <i>relógio</i> <i>de</i> <i>ouro</i> (1873).....	102
6.1.3 Conto <i>O</i> <i>alienista</i> (1882).....	103
6.1.4 Conto <i>A</i> <i>igreja</i> <i>do</i> <i>diabo</i> (1884).....	105
6.1.5 Conto Conto <i>de</i> <i>escola</i> (1896).....	106
6.2 USO DOS PRONOMES DEMONSTRATIVOS ESTE E ESSE, NOS ARTIGOS DE RUTH DE AQUINO.....	115
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS.....	124

INTRODUÇÃO

Ao propormos um estudo comparativo sobre os pronomes demonstrativos *este* e *esse*, nas gramáticas normativas e pedagógicas, sentimos a necessidade de “voltar no tempo” para compreender o “início” de tudo na história linguística ocidental, como surgiu o estudo sobre a língua, sobre a linguagem e sobre a criação da gramática.

Essa visitação ao passado tem como objetivo observar as ideias e as soluções que buscaram respostas aos questionamentos surgidos naquele momento. O conhecimento sobre o início dos estudos linguísticos nos dá base para traçar os caminhos percorridos pela gramática e ajuda a compreender as perspectivas atuais que as gramáticas propõem na explicação da língua. A retomada ao passado, segundo Fortes (2012, p.48), serve, também, para: 1) legitimar uma prática crítica ou analítica (os textos “clássicos” se revestem, então, de certa auctoritas); 2) detectar os “equivocos” das análises linguísticas anteriores ao advento do “estudo científico” da linguagem; 3) demonstrar que os antigos teriam “inspirado” as teorias modernas; e 4) mostrar que os antigos (especialmente os gregos) já tratavam de temas contemporâneos, ainda que parcialmente, o que, de fato, “salvaria” seus textos e sua “ciência”.

No início de tudo, a língua não era o objeto principal de estudo dos gregos. No entanto, foi a partir deles que temos as primeiras noções sobre língua, sobre linguagem e, posteriormente, sobre a gramática. Neves (2012, p. 40) afirma que “a filosofia, é fácil dizer, constituía a base de pensamento de toda a visão da linguagem que culminou em estudo de língua, e, afinal, em **gramática** (*grammatiké*)”.

No decorrer da história da linguagem, pôde-se verificar a importância de uma obra gramatical, a influência que ela exerce na sociedade, além das propostas que ela traz

consigo, tais como a perspectiva de língua, de linguagem, de norma, de normalidade, entre outros. Dessa forma, entendemos que o estudo dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* não deveria se deter somente na apresentação do conceito e do uso dos pronomes demonstrativos, mas, antes de tudo, teríamos que ter a compreensão teórica, ao longo da história, sobre uma obra gramatical.

Como ressalta Leite (2014, p.116):

Esse instrumento empírico, “gramática”, tal como conhecemos desde a tradição greco-latina, é um objeto técnico, cultural, que se vai modificando ao longo da história, embora tenha mantido uma estrutura que permite seu reconhecimento como tal. Essa estrutura que torna a gramática reconhecível, desde seu surgimento no mundo grego, no século II a.C., engloba, necessariamente, a descrição das categorias e subcategorias linguísticas (as partes do discurso, ou classes de palavras), as regras e os exemplos que as caracterizam. Observa-se, todavia, que no decurso da história, a apresentação e descrição das categorias linguísticas foram modificadas, por acréscimo, diminuição, ou hierarquização, por alteração da ordem de exposição do conteúdo ou pela redefinição de conceitos, pela inclusão de novas teorias para a análise da língua e, pelo que se vê em obras do século XXI, esse escopo foi ampliado para a linguagem, o discurso e o texto, em razão da evolução da ciência e da filosofia. Não obstante, esse modelo teórico, que serviu para *gramatizar* as línguas modernas ocidentais, permanece “*relativamente estável*” e, ainda hoje, produtivo.

A gramática é “todo instrumento que trata de categorias, propriedades e características da língua, ou de uma língua, com o objetivo de explicar seu funcionamento” (LEITE, 2012, p.117). O estudo da gramática deve ser situado no tempo, no espaço, mesmo que ela continue com uma estrutura básica. Dessa forma, entende-se que a gramática constitua “um gênero relativamente estável”, pois outros fatores, possivelmente, vão se acrescentando a obra, tais como as correntes científicas, teóricas, ideológicas e políticas do autor.

Para este estudo, dividimos em 6 capítulos nossa pesquisa, os quais são: 1 Lógica, normatividade e gramática; 2 Breve percurso histórico dos demonstrativos na língua portuguesa; 3 Uso dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* segundo a gramática normativa; 4 Uso dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* segundo a gramática pedagógica; 5 Síntese das análises das gramáticas normativas e pedagógicas; e 6 Uso dos pronomes demonstrativos *este* e *esse* nos contos de Machado de Assis e em textos atuais.

No primeiro capítulo, fizemos um percurso histórico partindo da Grécia Antiga, considerada o berço da gramática no mundo ocidental, passando por Roma e por Portugal, para se chegar até as obras gramaticais publicadas em solo brasileiro com enfoque no Português brasileiro.

Propomos, assim, para o primeiro capítulo, um apanhado histórico que começa apresentando as discussões filosóficas sobre o *lógos*¹, a busca pela verdade e a visão de que a linguagem era apenas o primeiro passo para a compreensão do universo. Posteriormente, veremos o surgimento da ideia de normatividade com os estóicos, e, posteriormente, o estabelecimento dessa normatividade com a primeira obra gramatical do ocidente, com Dionísio de Trácio, no período helenístico.

Esse percurso histórico segue para Roma, com uma gramática embasada no que os gregos faziam, outorgada a ela o poder de expandir um império. Falaremos também sobre a gramática no período da Idade Média, no renascentismo, a gramática de *Port-Royal*, as primeiras gramáticas em Língua Portuguesa e, para concluir o referido capítulo, falaremos da gramática e da linguística.

No segundo capítulo, faremos uma apresentação específica sobre os pronomes demonstrativos. *A priori*, mostraremos a história da Língua Portuguesa, desde as conquistas territoriais na região da Península Ibérica até a expansão do império português, no período das grandes navegações, com o descobrimento e com a colonização de outros povos. No segundo momento do capítulo, mostraremos a evolução do uso dos demonstrativos nas fases da Língua Portuguesa, desde o latim vulgar até o português na atualidade.

Na parte em que trataremos sobre a história da Língua Portuguesa, utilizaremos como base teórica as obras de Teyssier (1982), de Cunha e Cintra (2013), de Bechara (2015), de Bagno (2012), entre outros. Para a seção sobre o percurso histórico dos demonstrativos- do latim à atualidade, lançamos mão das obras de Bagno (2012), de Marine (2009), de Matos e Silva (2006), de Ali (1964), entre outros.

Propomos, para o terceiro e quarto capítulos, a análise das gramáticas. No terceiro, teremos a análise das gramáticas normativas, no qual apresentaremos 4 gramáticas normativas, com seus respectivos objetivos, bem como a apresentação do conteúdo pronomes demonstrativos, mais especificamente o *este* e o *esse* com suas flexões.

No quarto capítulo, apresentamos as gramáticas pedagógicas, assim como foi feito nas normativas, expondo os objetivos e a explanação que fazem a respeito dos demonstrativos.

¹ Utilizamos a grafia *lógos* seguindo a tradição gramatical.

Para a análise das gramáticas normativas, escolhemos as obras de Almeida (2009), de Cunha e Cintra (2013), de Rocha Lima (2014) e de Bechara (2015). As gramáticas pedagógicas que foram escolhidas são as de Perini (2010), de Castilho e Elias (2012), de Neves (2011) e de Bagno (2012).

No quinto capítulo faremos uma síntese da análise das gramáticas normativas e pedagógica, mostrando pontos em comum entre elas e se há pontos divergentes.

No sexto capítulo trataremos a análise de textos clássicos e de textos atuais; para os textos clássicos, escolhemos contos de Machado de Assis, e, para os textos atuais, foram escolhidos artigos da jornalista Ruth de Aquino que são publicados semanalmente na revista *Época*. Neste capítulo, apresentaremos o quantitativo de registros dos demonstrativos verificados nos textos e também apontaremos exemplos de cada regra nos textos analisados. Para assim observarmos se o uso dos demonstrativos seguem as regras que constam das gramáticas analisadas.

CAPÍTULO I

LÓGICA, NORMATIVIDADE E GRAMÁTICA

Todos nós já nascemos classicistas, por mais (ou menos) que suponhamos conhecer dos gregos e dos romanos. Nunca poderemos chegar aos clássicos como completamente estranhos. Não há nenhuma cultura estrangeira tão parte da nossa história.

(Beard & Henderson, 1998, p.44)

A epígrafe nos leva a refletir sobre as bases culturais e teóricas que temos. A cultura grega clássica e romana deixou legados à humanidade em várias áreas do saber, e com o estudo sobre a linguagem não foi diferente.

Neste capítulo, faremos uma breve retomada histórica sobre o início dos estudos linguísticos, na cultura ocidental, e como se processou a constituição da gramática que conhecemos hoje².

O ponto de partida será a Antiga Grécia e seus filósofos que, ao olharem a linguagem sob a perspectiva filosófica, por meio da Lógica, fizeram observações

² Vale ressaltar que os estudos filosóficos deram início ao estudo linguístico e, no decorrer da história, temos aprofundamentos e rupturas de teorias.

importantes, as quais levaram a um conceito de normatividade e culminou na criação de manuais gramaticais.

Fortes (2012), citando Pereira (2003, p. 38), elenca alguns fatores que nos fazem retomar ao passado em busca dos precursores das disciplinas linguísticas modernas, a saber: 1) para legitimar uma prática crítica ou analítica (os textos “clássicos” se revestem, então, de certa auctoritas); 2) para detectar os “equivocos” das análises linguísticas anteriores ao advento do “estudo científico” da linguagem; 3) para demonstrar que os antigos teriam “inspirado” as teorias modernas e 4) para mostrar que os antigos (especialmente os gregos) já tratavam de temas contemporâneos, ainda que parcialmente, o que, de fato, “salvaria” seus textos e sua “ciência”. Neste capítulo, vamos nos deter mais no item 4, demonstrando como os gregos, e os estudiosos posteriores a eles, produziram estudos sobre a língua e sobre a linguagem, bem como as suas influências na criação dos manuais gramaticais.

Com a perspectiva de que o estudo da língua pode ser *pancrônico*³, visamos visitar o passado e observar, ao longo da história, os objetivos e os usos dos manuais gramaticais, compreendendo essas produções de acordo com as especificidades daquele momento histórico. Entendemos que o conhecimento dos fundamentos, da constituição e dos objetivos de uma obra gramatical nos leva a uma compreensão, a uma reflexão de como poderemos utilizar melhor os manuais gramaticais que temos a nossa disposição hoje para o ensino da Língua Portuguesa.

1 LÓGICA, NORMATIVIDADE E GRAMÁTICA

1.1 LÓGOS- LINGUAGEM: ORIGEM FILOSÓFICA

A linguagem faz parte da constituição humana. Somos diferenciados dos outros seres vivos devido a nossa capacidade de raciocinar e de expressar nosso pensamento por meio da linguagem, seja ela escrita, falada, gestual ou simbólica.

Os estudos sobre a linguagem na Grécia antiga se deram pela Filosofia. Para tratar sobre esse tema, os filósofos gregos empregaram o termo *logos*, que podia indicar “palavra-discurso”, “lei do pensamento-conhecimento”, “frase com significado

³ A perspectiva *pancrônica* surge com a ideia de que o estudo linguístico pode ser estudado tanto do ponto de vista *sincrônico* (estudo de um determinado momento histórico de uma língua), quanto do ponto de vista *diacrônico* (estudos das mudanças ocorridas ao longo da história de uma língua).

completo”, etc. Para os filósofos, o *lógos* era o início da compreensão de algo mais profundo, ou seja, a linguagem era considerada o primeiro degrau para se chegar à mente, e, assim, se chegaria à compreensão do mundo e, por fim, à compreensão do universo. Segundo afirma Bagno (2015):

Para os filósofos gregos, esse *lógos* (que vamos traduzir aqui, para facilitar nossa discussão, simplesmente por “linguagem”) era apenas o ponto de partida para um empreendimento intelectual muito mais ambicioso e, no entendimento deles, muito mais nobre. Investigando o funcionamento da $\Psi\upsilon\chi\eta$ (*psykhé*: “alma”, “espírito”, “pensamento”), ou seja, decifrar a organização da mente humana. Por isso é que, desde essa época longínqua, o estudo da língua sempre esteve entremeadado com a lógica (palavra derivada do mesmo *lógos* visto acima), isto é, como disciplina “que trata das formas do pensamento em geral (dedução, indução, hipótese, inferência etc.) e das operações intelectuais que visam a determinação do que é verdadeiro ou não” (Dicionário *Houaiss*). (BAGNO, 2015, p. 404)

Como vimos anteriormente, os estudos linguísticos não tinham como foco principal a linguagem em si, mas compreendiam que, a partir dela, se chegaria à compreensão da essência das coisas. Por exemplo, para Platão, a linguagem = *lógos* era o caminho mais acessível à investigação sobre o universo. Então, ela era o ponto de partida e não a finalidade dessa investigação, como nos explica Neves (2002):

a linguagem não é o fim último da investigação platônica. Pelo contrário, na filosofia platônica, a linguagem é considerada apenas como um fraco auxiliar para se chegar ao **autó**, isto é, à própria ‘coisa’, ao objeto verdadeiramente real e cognoscível. Entre os cinco elementos que tornam possível o conhecimento (...), o nome ocupa o degrau inferior, e o **lógos** (que é a definição, a proposição), o degrau imediatamente seguinte. Por ele (isto é, pela linguagem) se chega à imagem (o **eídolon**), terceiro degrau, e só então se sobe à ciência (**epistéme**), à inteligência (**noûs**) e à opinião verdadeira (**alethés dóxa**), que estão na alma, não possuem modo sensível de existência e, por isso, escapam ao mutável (que está no nome, que está no **lógos**, que está na imagem); aí beiram a essência imutável, verdadeira, estável, sempre idêntica a si mesma, que é a própria coisa (o **autó**). Isso quer dizer que a linguagem já supõe a existência das coisas, e nem nome, nem **lógos**, nem imagem têm nenhuma fixidez. (...) E a linguagem é, pois, algo inferior. (NEVES, 2002, p. 19-20)

As reflexões teóricas do discurso filosófico, iniciado com Tales e Anaximandro na investigação sobre o princípio das coisas, posteriormente com Heráclito, na busca da razão/do *lógos*, com o filósofo Parmênides, visavam a busca do próprio ser, assim como Platão, na articulação do todo das coisas, e Aristóteles, na busca da “revelação” das coisas⁴. Mesmo não tendo a linguagem com o foco em si mesma, possivelmente, esse foi o início da ciência linguística na cultura ocidental.

⁴ Ver Neves, 2012, p.39-40.

Heráclito de Éfeso (540- 483? a. C.), o filósofo grego pré-socrático, estudava sobre a mudança permanente de todas as coisas. Para ele, “tudo acontece de acordo com o *lógos*”, estando este atrelado ao universo. Para o filósofo, o *lógos* significava linguagem, razão, natureza e cosmo.

Em relação à linguagem, Heráclito compreendia que, no *logos*, estava o signo-a palavra, o qual era constituído por três fatores: o *lógos*, o *épos* e *érgon*. Estes, por sua vez, eram compreendidos da seguinte maneira: o *lógos* se refere ao que pode ser conhecido e afirmado; o *épos* diz respeito ao sentido próprio do acontecimento linguístico; e o *érgon* está relacionado ao sentido do acontecimento empírico, ao qual o *épos* se refere. As investigações filosóficas que Heráclito fez tiveram continuidade e aprofundamento com Platão e Aristóteles.

Platão (427-347 a. C.), como vimos anteriormente, vê a linguagem como o único caminho para se chegar às coisas, ao “mundo das ideias”⁵. Com o olhar de que a linguagem era o ponto de partida para a compreensão da essência das coisas, no Diálogo *Crátilo*, Platão faz uma certa “ruptura” com a ideia de Heráclito, visto que, em *Crátilo*, os três interlocutores, Hermógenes, Crátilo e Sócrates, discutem sobre a “justeza dos nomes”, investigando como a relação do nome, ideias e coisas são estabelecidas, se de forma natural ou dependente das convenções sociais.

Nunes (2001) explica que, quanto a essa ruptura,

É certo que a problemática não poderá deixar de refletir, em larga escala, a concepção da palavra como unidade elementar e real, que derivou do pressuposto da identidade entre linguagem e realidade inerente ao pensamento antigo. A discussão do *Crátilo* se desenvolverá em torno desse pressuposto que, idéia oriunda da compreensão do ser na fase pré-socrática- compreensão que principiou justamente a modificar-se com a filosofia platônica (...). É contudo nesse Diálogo que vamos encontrar os mais seguros indícios da ruptura que então se operou naquela identidade, ruptura que atingiu a idéia da natureza ontológica da linguagem, de que o *logos* de Heráclito e o enunciado de Parmênides (o mesmo é pensar e ser) foram expressões mais acabadas. (NUNES, 2001, p.27-28)

O questionamento de Platão, por meio do Diálogo *Crátilo*, é sobre a origem dos nomes, como, e por que, o ser humano nomeia algo. Para isso, levanta algumas hipóteses, como Nunes explica:

⁵ “Platão ensinava na Academia e nos seus *Diálogos* que a compreensão dos fenômenos que ocorrem no mundo físico depende de um hipótese: a existência de um plano superior da realidade, atingido apenas pelo intelecto, e constituído de *formas* ou *idéias*, arquétipos eternos dos quais a realidade concreta seria a cópia imperfeita e perecível”. (PESSANHA, 1987, p.19)

Para dar nome às coisas, terá sido necessário conhecê-las; mas para conhecê-las, terá sido necessário dar-lhes nome. A diferença entre nome e coisa é, portanto, uma diferença originária, mas não no sentido de que possamos remontar a um *início*, como ponto interruptivo do encontro entre pensamento e linguagem, diante de uma realidade nua e assimbólica a que se aplicasse, no esforço de conhecê-la, a inteligência desarmada e ainda virgem de conceitos. É a linguagem que constitui a *origem* e na linguagem que se mantém, como transcendência da palavra, em relação à coisa nomeada, a diferença na identidade, que une e separa, no corpo mesmo dos signos, o significado e o significante. (NUNES, 2001, p. 29)

A partir dessas investigações, Platão chega ao entendimento que o *lógos* é composto do *ónoma* (nome- substantivo/sujeito) e do *rhēma* (verbo- verbo/predicado). Assim, revelou a principal atividade linguística humana, a predicação. Bagno (2015) ressalta que a predicação é uma função quase única das línguas humanas⁶.

O olhar filosófico de Platão, que estava interessado na natureza das palavras, levou-o a entender o *lógos*= *ónoma* + *rhēma*. Assim, propiciou que hoje tivéssemos a ideia de substantivo e de verbo e, sintaticamente, de sujeito e de predicado.

Aristóteles (384-322 a. C.) foi outro filósofo que deixou seu legado para os estudos linguísticos e outras áreas do conhecimento, tais como a matemática, a política e a metafísica. Era discípulo de Platão e aprofundou mais as investigações sobre a linguagem.

Aristóteles escreve um Tratado sobre lógica que recebe o nome de *Organon*⁷. Para o filósofo, *lógos* tem a acepção de *linguagem* e está relacionada à natureza política do ser humano, pois o entende como ser político que necessita da linguagem (*lógos*) para manter as suas relações sociais.

Aristóteles é conhecido como o criador da lógica formal⁸, o qual estabelece normas de pensamentos para se construir um conhecimento científico. Em *Categorias*⁹,

⁶“Por mais simples ou mais complexo que seja um enunciado linguístico, por mais breve ou mais extenso, a operação primordial que se realiza nele é a da predicação, ou seja, a expressão de um argumento e a atribuição de propriedades/ qualidades/ estados/ ações a esse argumento”. (BAGNO, 2015, p. 406)

⁷ “O **Organon** inclui: as **Categoriais**, que estudam os elementos do discurso, os termos da linguagem; **Sobre a Interpretação**, que trata do juízo e da proposição; os **Analíticos (Primeiros e Segundos)**, que se ocupam do raciocínio formal (**silogismo**) e a demonstração científica; os **Tópicos**, que expõe um método de argumentação geral, aplicável em todos os setores, tanto nas discussões práticas quanto no campo científico; Dos **Argumentos Sofísticos**, que complementam os **Tópicos** e investigam os tipos principais de argumentos capciosos”. (PESSANHA, 1987, p. 14)

⁸ “(...) entendida como parte da lógica que prescreve regras de raciocínio independentes do conteúdo dos pensamentos que esses raciocínios conjugam”. (PESSANHA, 1987, p. 20)

⁹ “Mas a lógica aristotélica nasce no meio de retóricos e sutis argumentadores. Faz-se necessário, portanto, partir de uma análise da linguagem corrente, para identificar seus diferentes usos e, ao mesmo tempo, enumerar os diversos sentidos atribuídos às palavras empregadas nas discussões. Eis por que as **Categorias** abrem o **Organon** com pesquisas sobre palavras, procurando inclusive evitar os equívocos que resultam da designação de coisas diferentes através do mesmo nome (homônimo) ou da mesma coisa por meio de diversas palavras (sinônimos)”. (PESSANHA, 1987, p. 20)

no *Organon*, faz a análise da linguagem, observando as palavras no discurso e, com isso, o filósofo apresenta três formas de nomear o mundo: homonímia, paronímia e sinonímia¹⁰.

Com Aristóteles, temos a iniciação do conceito de arbitrariedade do signo que, séculos depois, será o tema tratado na teoria linguística de Saussure. Segundo o filósofo, o signo era constituído por: *ónoma* (nome), *pathémata* (impressões da alma), *prágmata* (as coisas que estão no mundo). O processo de nomeação estava baseado nesta tríade, como nos explica Bagno:

Para o filósofo grego, as coisas que estão no mundo (*prágma*) são objetivamente idênticas para todos os seres humanos e causam as mesmas impressões na alma (*pathémata tês psychês*) de cada ser humano, gerando um conceito (*nóema*), que também é o mesmo para todos. No entanto, a expressão desses estados de alma através de um signo (*semeíon*) ou nome (*ónoma*) se faz por meio de uma convenção, não natural, que gera o *símbolo*, que é diferente para os diferentes homens. Precisamente pela nossa incapacidade de apreender as coisas em si mesmas, em sua natureza, somos forçados, a designá-las por meio de sinais falados ou escritos, sinais artificiais, símbolos, criações humanas. (BAGNO, 2015, p. 410).

Com base no que Platão já havia investigado sobre a linguagem (lógos), o pensamento aristotélico acrescenta mais uma classe: além de *ónoma* e *rhēma*, os *sýndesmos* (conjunção), demonstrando que as palavras que não se encaixavam nas funções exercidas pelo *ónoma* e *rhēma*, tinham a função de articular os elementos das sentenças. Segundo Aristóteles, conjunção é a “voz destituída de significado próprio (diferentemente do nome e do verbo), mas que não obsta, nem contribui para que vários sons significativos componham uma única expressão significativa” (*Poética* 20, 1465b, 38; 1457a).

Outro legado para os estudos linguísticos deixados por Aristóteles é a noção de sujeito, *hypokeímenon*, sobre o qual recai a predicação expressa pelo verbo, compreendendo que todo o enunciado possui a sua essência, a substância¹¹. Gurpilhares conclui que:

¹⁰ “Chamam-se homônimas as coisas [objetos] que têm apenas o nome [signo] em comum, enquanto que o correspondente enunciado [interpretante] da entidade é distinto.
Chamam-se parônimas as coisas que diferem de outra pelo caso.
Chamam-se sinônimas as coisas [objetos] que têm o nome [signo] em comum, sendo o correspondente enunciado [interpretante] da entidade também o mesmo.” (OLIVEIRA apud Aristóteles in *Cadernos do CNLF*, Vol. XIV, Nº 2, t. 1, 2010, p. 529-531)

¹¹ A noção de ser, substância que temos em Aristóteles era de que a essência do ser independia das circunstâncias em que se apresentava pois, “ser não é apenas o que já existe, em ato; ser é também o que

A Aristóteles deve-se, entre outras contribuições as chamadas “categorias de pensamentos”, também chamadas de “categorias aristotélicas”, que deram origem às partes do discurso as quais chamar-se-iam, posteriormente, categorias gramaticais e finalmente classes de palavras. Assim: substância/substantivo, ação/verbo, relação/conjunção. (GURPILHARES, 2008, p. 5)

Resumindo, temos, com Aristóteles, a ampliação do entendimento sobre a linguagem-*lógos*, a qual possui: *ónoma* (nome), *rhēma* (verbo), *syndesmos* (conectivo: preposições, conjunções, pronomes); os três modos discursivos- homonímia, paronímia e sinonímia; e a noção de sujeito - *hypokeímenon*.

1.2 ESTOICOS E O INÍCIO DA NORMATIVIDADE

No ano de 301 a. C., Zenão de Cítio e seus discípulos deram início à escola filosófica chamada *Estoicismo*. Este nome está relacionando ao lugar onde faziam as suas reflexões, debaixo da *Stoa Poikile*, “o Pórtico Pintado”, que se situava num grande espaço público no centro de Atenas. Esta escola filosófica é muito complexa e abrange um período largo da história, influenciou cultural e, intelectualmente, o mundo grego, a Roma antiga e chegou até os primeiros séculos da era cristã.

O contexto histórico da criação do estoicismo é a perda da hegemonia política das cidades Estados da Grécia. Isso influencia o desejo de se resgatar e resguardar a identidade, a autonomia grega (que para eles era superior aos demais), buscando modos de preservação dessa superioridade que estava se perdendo, sendo a linguagem um desses mecanismos.

Sob a perspectiva de que tudo é *phýsis* (natureza), o estoicismo acreditava que a linguagem também seria *phýsis* (natural). Entretanto, ao analisar a língua, obtiveram outra resposta, como nos explica Bagno:

Ora se o mundo natural é regular e ordenado, também o mundo da linguagem, que na crença dos estoicos, corresponde ao mundo natural (sendo a sua tradução linguística), deve apresentar regularidade e ordenamento. Investigando a língua, porém, os filósofos encontram **anomalias**, isto é, desvios, irregularidades. Com isso, os estudiosos da linguagem no mundo grego antigo se agruparam em dois partidos diferentes: o dos *analogistas*, que acreditavam que a língua é, principalmente, regular e ordenada, como a natureza; e o dos *anomalistas*, que consideravam a língua como um sistema intensamente marcado pelas irregularidades. Para os analogistas, as formas

*pode ser, a virtualidade, a potência. Assim, sem contrariar qualquer princípio lógico, poder-se-ia compreender que uma substância apresentasse, num dado momento, certas características, e noutra ocasião manifestasse características diferentes: se uma folha verde torna-se amarela é porque verde e amarelo são **acidentes** da **substância** folha (que é sempre folha independente da sua coloração)”. (PESSANHA, 1987, p. 27)*

irregulares se devem à “perversão” da relação direta entre linguagem e natureza. (BAGNO, 2012, p. 413)

Neves (2012) corrobora com esta afirmação, expressando que:

Na verdade, buscando regularidade, os estoicos encontraram - e se mostraram impressionados com - o elemento irregular na língua, com as inconsistências entre forma e significado. E disso nos deram prova quando apontaram, por exemplo, formas como: *mácho-mai*, “eu combato” (um verbo de forma passiva indicando atividade); ou *paidíon*, “criança” (um nome de forma neutra referindo-se a homem ou a mulher); ou *Thêibai*, “Tebas” (um nome de forma plural nomeando uma entidade única). (NEVES, 2012, p. 34)

A ideia de paradigmas para encontrar as regularidades na linguagem surge a partir das contribuições dos estoicos nesse cabo de guerra entre os analogistas e anomalistas, ainda que com o olhar filosófico (linguagem-mente-natureza-mundo).

Bagno (2001, p. 414), afirma que a função didática dos paradigmas ajuda no estabelecimento da gramática como disciplina. Entretanto, as contribuições para a teoria gramatical vão além da observação quanto às regularidades e às irregularidades. Os estoicos ampliaram as investigações feitas por Platão e por Aristóteles e acrescentaram ao estudo da linguagem o *árthron* (artigo), *metokhé* (particípio) e *epírrhema* (advérbio)¹².

Temos, então, com os estoicos, o interesse na língua tanto pelo viés filosófico quanto pelo lógico, mas de forma um pouco mais independente da filosofia, como conclui Lobato (1988):

¹² Bagno(2012) nos descreve que: *Os estoicos vão retomar os “coesivos” de Aristóteles, mas dando a eles um tratamento diferente. Para começar, incluem nessa classe o que hoje chamamos de **conjunções** e **preposições**, que para eles tinham um papel importantíssimo na lógica por causa de seu valor de conexão entre as palavras e entre as sentenças. Sublinhando esse valor conectivo das “conjunções”, os estoicos excluem dessa classe os pronomes, nela incluídos por Aristóteles. Chamam também a atenção para o caráter indeclinável dessas palavras (a nomenclatura atual diria que elas são invariáveis). Essas palavras serão distribuídas pelos estoicos em onze tipo: prepositiva, disjuntivas, subjuntivas, comparativas, causais, continuativas, subcontinuativas, ilativas, copulativas, conclusivas e completivas ou expletivas. Como é fácil ver, essa tipologia das conjunções em nada se parece com a que empregamos hoje (coordenativas: aditivas, alternativas, adversativas; subordinativas: causais, comparativas, concessivas, condicionais, conformativas, consecutivas, finais, modais, proporcionais, temporais).*

*Na classe chamada árthron, estavam incluídas as palavras que articulam as partes do discurso entre si. Nada mais justo, portanto, que entre os “artigos” estivessem ... os **pronomes pessoais**. E de fato os estoicos faziam a separação entre artigos definidos (horisména), que são o que hoje chamamos de pronomes pessoais e possessivos; e artigos indefinidos (aoristóde), que compreendiam os nossos artigos definidos e os demais pronomes. A denominação “artigos definidos” para os pronomes pessoais e possessivos se explica pelo fato desses pronomes sempre se referirem a uma pessoa gramatical definida no discurso, ao passo que os demais pronomes não têm essa referência.*

O quadro das classes de palavras dos estoicos passou também a incluir o epírrhema. A tradução latina é bem fiel ao grego, pois o epírrhema é o que está junto (epi-) ao rhéma, e se traduzimos rhéma por verbo, o epírrhema será o ad-vérbio. O advérbio será para o verbo, o que o adjetivo (epítheton) é para o nome: um modalizador, um qualificador. [...] Observe-se, porém, que os estoicos classificavam o epítheton como um dos tipos possíveis dos nomes, de modo que para eles, ao contrário do que fazemos hoje, não existia uma classe gramatical exclusiva para os adjetivos. (p. 416)

Interessados na língua em si mesma: como filósofos, a língua era para eles, antes de tudo, a expressão do pensamento e dos sentimentos e é nessa perspectiva que a era investigada. Essa é uma característica que os estoicos compartilharam com os estudiosos do período anterior: todos desenvolveram o estudo sobre a língua no âmbito de pesquisas filosóficas ou lógicas. (LOBATO, 1986, p.78)

1.3 OS ALEXANDRINOS E A EFETIVAÇÃO DA NORMATIVIDADE

A denominação de ‘gramáticos’ desenvolveu-se a partir do costume grego; mas no início eram chamados de ‘literatos’. Também Cornélio Nepos, no livrinho em que distingue literato de erudito, afirma que, de fato, são chamados pelo povo literatos aqueles que são capazes de escrever ou dizer algo de forma diligente ou aprofundada; de resto, devendo ser chamados, assim, propriamente, de ‘intérpretes dos poetas’ aqueles que são chamados pelos gregos de gramáticos. (...) Porém, há aqueles que distinguem ‘literatos’ (*litterati*) dos ‘mestres de letras’ (*litteratores*), assim como aos gregos soem distinguir gramáticos (*grammatici*) de mestres de gramática (*grammatistae*); aquele, de fato, estimam ser absolutamente culto, e este medianamente. (Suetônio. *De gram.*, 4, 2-5)

Durante o império de Alexandre (356- 323 a. C.), nasce a gramática como disciplina. Esse período é marcado pela tentativa de uma hegemonia militar, política, cultural e linguística. Com as conquistas de Alexandre, o Grande, há uma difusão da cultura grega em todas as cidades dominadas pelo imperador. A cidade de Alexandria, situada no delta do rio Nilo, no Egito, tornou-se o principal centro político e da cultura grega, após a decadência de Atenas. Como a língua grega era o idioma oficial do grande império de Alexandre, os estudos sobre a linguagem, nessa época, tiveram como objetivo preservar, difundir e manter a dominação das cidades conquistadas.

Nessa perspectiva, criou-se um sistema no qual se ensinaria a língua grega, a gramática, em que os grandes clássicos dos poetas e dos prosadores gregos, da civilização grega clássica, seriam a referência para o estudo da língua. Dessa forma, nasce o sentido da gramática como a “arte da escrita”, e também a concepção de normatividade, ou seja, da prescrição impositiva mostrando quais as regras deveriam ser seguidas para se ter uma escrita correta e espelhada na dos clássicos. Neves (2002, p. 50) aponta que:

O helenismo tem que ser divulgado [...]. E embora na retórica esteja o germe da consideração prática da linguagem, já não se trata do ensino retórico empírico da época clássica; agora é necessária a exposição de padrões que devem ser seguidos. [...]. Os gramáticos alexandrinos representam a consolidação da passagem para um terreno gramatical, específico e determinado [...] que se vinha fazendo, através dos tempos, no terreno da filosofia [...].

A necessidade de se forçar uma unificação e uma valorização da língua grega leva muitos filólogos alexandrinos ao estudo das reflexões filosóficas, de Platão e de Aristóteles, ao aprofundamento dos estudos feitos pelos estoicos e, assim, produziram tratados gramaticais. Nesse momento, perde-se um pouco a perspectiva filosófica do estudo da linguagem e começam a estudar língua como foco principal. Assim, no período helenístico, a gramática passa a ser uma disciplina independente. Neves (2005, p. 116-117) anota que:

Não fazem gramática [os filósofos], mas examinam os princípios da linguagem e criam uma nomenclatura “gramatical” que vai se enriquecendo (...). Aquele exame da linguagem nascido do esforço criativo do período helênico se concretiza num exame metódico e específico da língua grega. Surge a gramática como parte do estudo literário, característico da época helenística, mas o fundo filosófico está no processo de sua instituição.

Dentre vários filólogos que se destacam no período helenístico, enfatizamos dois que são considerados os precursores dos estudos gramaticais no ocidente, Dionísio de Trácio (170- 90 a.C.) e Apolônio (II séc. d. C.). Esses filólogos, como a perceber a epígrafe deste capítulo, eram estudiosos que se debruçavam sobre os textos literários com a finalidade de se ter o modelo ideal de escrita, baseado nos escritos dos poetas e dos prosadores gregos, buscando também resguardar a língua e a cultura grega.

Dionísio de Trácio (170-90 a. C.) é considerado por muitos como o autor da primeira obra sobre o ensino da língua e da literatura na cultura ocidental, a *Tekhné Grammatiké*. Sua obra é considerada o primeiro compêndio gramatical, pois nela temos a sistematização da descrição da fonética e da morfologia da língua grega e o ensino das regras de correção linguísticas. Dionísio de Trácio fundamenta a sua *Tekhné*, sob a obra de Homero, objetivando preservar a cultura de seu povo pautado em textos dos melhores escritores, como o mesmo afirma na introdução de sua obra:

A Gramática é o conhecimento empírico do que é dito, frequentemente, nos poetas e prosadores. Seis são suas partes: a primeira, leitura exercitada segundo a prosódia; a segunda, a exegese dos tropos poéticos encontrados; a terceira, a atualização dos termos obscuros e das histórias; a quarta, a busca pela etimologia; a quinta, a consideração da analogia; a sexta, a avaliação dos poemas, a qual é o que há de mais belo de todas que há na arte. (Dionísio Trácio, *Tekh. gram.*, I, 1)

Neves (2002, p.31) considera que a gramática de Dionísio de Trácio faz

uma exposição com base num ensino oral fundado no conhecimento das obras recitadas pelos poetas e prosadores. Tal e qual, esse tratado exerceu grande influência sobre os gramáticos posteriores.

A obra de Dionísio ocupa-se da fonética e da morfologia da língua grega e não aborda a sintaxe, que será posteriormente tratada por Apolônio Discolo. A obra contém vinte parágrafos, a saber:

- Da leitura.
- Do acento.
- Da pontuação.
- Da rapsódia.
- Do elemento.
- Da sílaba.
- Da sílaba longa.
- Da sílaba breve.
- Da sílaba comum.
- Da palavra.
- Do nome.
- Do verbo.
- Da conjugação.
- Do particípio.
- Do artigo.
- Do pronome.
- Da preposição.
- Do advérbio.
- Da conjunção.

Dentre os itens mencionados, destacaremos, primeiramente, a conceituação de gramática, que, segundo Dionísio, “*é o conhecimento empírico do que se diz frequentemente nos poetas e nos prosadores*”. Há também a indicação de acidentes para cada classe gramatical: gênero, número, caso, tempo, modo, voz, pessoa, etc, como, por exemplo, temos a explicação sobre as três pessoas do discurso: primeira - a que fala; segunda - a quem se fala; terceira - aquela de quem se fala. Nela, temos a caracterização e a diferenciação entre vogais e consoantes, sendo que as vogais soam por si, e as consoantes não possuem som, mas precisam vir acompanhadas de vogais para soarem.

Temos, então, com a *Tekhné Grammatiké*, segundo Dionísio, como *empeiriá*¹³ (conhecimento empírico) do exame de textos escritos com a proposta de se manter a pureza da língua grega, pois suas reflexões estavam pautadas nas obras dos grandes autores da civilização grega clássica. A finalidade era regular e normatizar a língua como dispositivo de manutenção de poder sob as regiões dominadas pelo Império, demonstrando, assim, a institucionalização da língua, ou seja, a aplicação de uma normatividade linguística está atrelada também às questões políticas, sociais e econômicas.

Apolônio Díscolo (II séc. d. C.), gramático da época de Adriano e Antônio Pio, possui uma obra extensa, visto que tratou de vários fatos da língua:

- Dos Elementos.
- Da Divisão das Partes da Oração:
 - Dos nomes.
 - Dos verbos.
 - Dos participípios.
 - Do artigo.
 - Do pronome.
 - Da preposição.
 - Dos advérbios.
 - Das conjunções.
- Da Sintaxe das Partes da Oração.
- Da Composição.
- Dos Acidentes.
- Das Figuras.
- Das Figuras Homéricas.
- Da Ortografia.
- Da Prosódia.
- Dos Dialetos Dórico, Jônico, Eólico e Ático.
- Das Persuasões de Dídimos.

No entanto, o que temos de Apolônio para estudo são apenas quatro obras: Do Pronome, Dos Advérbios, Das Conjunções e Da Sintaxe das Partes da Oração. Apolônio Díscolo é especialmente lembrado por ter sido o primeiro gramático a tratar sobre a

¹³ Entende-se o termo como conhecimento prático da língua escrita literária grega.

sintaxe. Neves (2002, p.63) aponta que, em Apolônio, “a sintaxe abarca todos os níveis, uma vez que a língua é considerada uma série de elementos relacionados e a sintaxe é vista como o conjunto de regras que regem a síntese dos elementos”.

Na explicação sobre a ordem¹⁴ das classes gramaticais, Apolônio distingue as palavras essenciais e as palavras acessórias.

Nos tratados de Dionísio de Trácio e Apolônio Díscolo, o estabelecimento de normas para se ter uma escrita e articulação da língua grega ideal, pura, era o foco principal; os conhecimentos sobre os dialetos, regionalismos, variações linguísticas não eram estudados, visto que se autodenominavam como cultura superior as outras e buscavam uma unificação da língua. Lyons (1995, p.21) aponta que:

Os gramáticos tradicionais se preocuparam mais ou menos exclusivamente com a linguagem literária, padrão; e tendiam a desconsiderar ou a condenar como “incorreto” o emprego de formas não consagradas ou coloquiais, tanto no falar como no escrever.

1.4 A GRAMÁTICA GRECO-LATINA

Os romanos na segunda metade do século I a. C. conquistam territorialmente a Grécia. No entanto, a cultura grega em todos os seus aspectos: religião, filosofia, artes, ciências, gêneros literários, conquistaram os romanos e, com os estudos linguísticos, não foi diferente. Os romanos copiaram e fizeram versões latinas do que os alexandrinos tinham realizado. Para Kristeva (1995, p. 141), “a ideia predominante do estudo da

¹⁴ Segundo Neves (2002), a ordem indicada por Apolônio para as classes de palavras é a seguinte: “1ª e 2ª) o *nome* e o *verbo*, porque, sem eles, “qualquer proposição, está incompleta, enquanto, se faltar uma das outras partes não deixa de haver a proposição” (I 14); entre os dois, o primeiro lugar é o do nome, porque ele exprime os seres (**sómata**, “corpos”), enquanto o verbo só exprime o estado particular, ativo ou passivo (I 16); daí o fato de prevalecer a denominação *nome* (**ónoma**) para ser aplicada a todas as palavras (I 18);
3º) o *particípio*: vem logo após o verbo e o nome porque participa de ambos (tem origem na transformação do verbo em forma flexivas e nominais) (I 21-22);
4º) o *artigo*: vem em seguida porque se liga ao nome e ao particípio, enquanto o pronome não o admite (I 23);
5º) o *pronome*: vem depois do artigo porque se coloca no lugar do nome, enquanto o artigo se coloca junto do nome, coexiste com ele e, assim, deve preceder o pronome; e é evidente que o que se emprega em substituição a algo implica uma construção posterior (I 24); mas o pronome não vem logo em seguida ao nome porque existe para acompanhar o verbo: os nomes representam só as terceiras pessoas, não podendo aplicar-se à que fala e à segunda (I 19);
6º) a *preposição*: não pode ser enunciada antes das partes do discurso anteriormente nomeadas, porque “por origem é posterior” a elas, já que existe para lhes antepor, seja por composição (**sýnthesis**) seja por simples aproximação (**paráthesis**) (I 26);
7º) o *advérbio*: é uma espécie de adjetivo do verbo; e, do mesmo modo que o verbo é segundo do nome, o advérbio é segundo da preposição, a qual precede o nome (I 27);
8º) a *conjunção*: é a última das partes do discurso (I 28), porque nada poderia significar “sem a matéria (**hýle**) das palavras”. (p. 65)

linguagem em Roma, era a universalidade das *categorias lógicas*, preestabelecidas segundo a língua grega”. Então, o fundamento, a base, será a língua grega, que os romanos farão tradução, transposição, adaptando às necessidades da língua latina, fazendo algumas mudanças com o que já era feito pelos alexandrinos. Além dos aspectos linguísticos, a ideia de uma língua, como mecanismo de dominação e imposição de conquista, também é seguido pelo império romano, que estabeleceu o Latim Clássico como língua oficial.

Quanto à imitação que os romanos fazem dos gregos, Veyne (2009) nos explica que:

uma sociedade humana só adota uma civilização estrangeira com a condição de não se encontrar, após o processo de aculturação, no mais baixo escalão dessa civilização. Do contrário, ela se limitará a marcar suas diferenças ou acalantar ressentimentos. Roma era forte o suficiente para se permitir imitar outrem. Com o passar dos séculos, isso redundará numa simetria de amores-próprios: Roma tem um complexo de superioridade política e inferioridade cultural e, até a queda do Império do Ocidente, os gregos sofriam de um complexo inverso; sua identidade nacional era aquela de um povo de uma civilização sofisticada que fora imperial, mas deixara de ser. (VEYNE, 2009, p. 86)

Os gramáticos romanos Varrão (116- 27 a.C.), Donato e Prisciano (séc. V d. C.) fizeram importantes estudos filológico-gramaticais que contribuíram para os manuais que os sucederam.

Varrão (116- 27 a. C.) teve uma obra extensa cerca de 74 livros e 620 títulos, a maior parte deles (608) se referem à gramática. Para ele, a gramática era “a arte de escrever e falar corretamente e de compreender os poetas”. Em *De Língua Latina*, Varrão escreveu um tratado sobre gramática latina que versava sobre fonética, sobre morfologia, sobre etimologia, sobre lexicologia e sobre sintaxe. Uma das bases para esse tratado gramatical é a revisitação ao debate entre os analogistas e anomalistas sobre a relação das palavras e as coisas, realizado pelos estoicos. O gramático romano tenta conciliar as duas perspectivas, e isso influenciará na sua compreensão e na sua exposição quanto a morfologia da língua latina. Algumas formulações sobre dicotomias entre a morfologia derivacional e a morfologia flexional¹⁵ são tidas como ponto principal na gramática de Varrão.

O gramático apresenta da seguinte forma a sua obra:

¹⁵ Entende-se por morfologia derivacional a formação de novas palavras a partir das que já existem, e morfologia flexional está relacionada a declinação de nomes, conjunções verbais.

Por isso, compus em três partes o conjunto da obra *De língua Latina*, primeira sobre a maneira pela qual as palavras podem se relacionar com as coisas, a segunda sobre como elas são declinadas, a terceira sobre como elas se associam. Concluída a primeira parte, passo à composição da segunda, para finalizar este livro. (VARRÃO. *De ling. lat.*, VII, 110)

Silva (2009) aponta que:

A morfologia, que é o cerne de sua obra, apresenta distinções fundamentais que perduram: entre palavras variáveis e invariáveis, estabelece categorias secundárias para analisar as partes do discurso, como a voz e o tempo para o verbo, e aplica o sistema de casos grego ao latim. (SILVA, 2000, p.19)

No século IV d. C., o ensino da língua já estava mais desvinculado da filosofia, e a necessidade de se ter compêndios gramaticais era grande, pois cada vez mais aumentava o número de escolas. No entanto, o que era utilizado para o estudo gramatical eram resumos, cópias de adaptações dos tratados gramaticais e das obras literárias, algumas fora dos padrões do que havia sido deixado pelos alexandrinos.

O gramático latino Donato apresenta uma obra na qual revisita a obra de Dionísio e a recria, de forma fiel, numa versão latina. Há também algumas afirmações do trabalho de Quintiliano. Assim como Dionísio, Donato não trata sobre a sintaxe. A importância da obra de Donato é a produção e a promoção do uso de um texto básico para o ensino de língua, o qual será referência para o estudo da linguagem, tornando o seu nome sinônimo de gramática. Vale lembrar que os romanos utilizam o termo “partes da oração”, diferente dos gregos que falam sobre “partes do discurso”.

Escrita entre 340 e 350 d. C. a, *Ars Donati* versa sobre as oito partes da oração: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Holtz (1981) aponta que:

As partes da oração são oito: nome, pronome, verbo, advérbio, particípio, conjunção, preposição e interjeição. Dessas, duas são as principais partes da oração: nome e verbo. Os latinos não incluem o artigo; os gregos, a interjeição. Muitos consideram as partes da oração em maior número; muitos em menor. Realmente, de todas, apenas três são as que em seis casos são flexionadas: nome, pronome e particípio. (HOLTZ, 1981, p. 613)

Donato (1981) apresenta cada parte da oração com critérios semânticos e formais, vejamos, por exemplo, o que ele fala sobre nome:

O nome é a parte da oração com caso que significa corpo ou ação, de modo próprio ou comum. Próprio, como Roma e Tibre; comum, como cidade e rio. O nome tem seis acidentes: qualidade, comparação, gênero, número, figura e caso. Há o nome de um homem, a denominação de muitos e o nome próprio das ações. Mas, de modo geral, dizemos apenas nomes. (DONATO, 1981, p. 614)

Segundo Holtz (1981, p. 91), a obra de Donato traz, sistematicamente, a brevidade, a supressão de todas as referências autorais, o agrupamento das anomalias no final de cada capítulo. Essa apresentação, de forma sistemática, contribuiu para a compreensão e para memorização dos alunos no ensino da língua e fez assim da *Ars Donati* um manual gramatical pedagógico.

Por volta do século VI d. C., Prisciano escreveu o tratado gramatical *Institutiones grammaticae*, em grande parte apoiado e baseado na obra do gramático grego Apolônio Díscolo, como observaremos na introdução do Livro XVII a explicitação de sua obra ser influenciada pelo gramático grego:

Visto que, nos livros outrora propostos sobre as partes da oração, seguimos, na maior parte, a autoridade de Apolônio, além disso, se pudemos também acrescentar-lhe alguma coisa de novidade - do mesmo modo, sem omitir elementos necessários de outros, quer dos nossos, quer dos gregos -, não nos recusemos agora também a inserir, caso seja considerado conveniente, algo dos outros ou dos nossos acerca da ordenação ou da construção das palavras, que os gregos chamam de σύνταξις, seguindo, ainda, os passos daquele o quanto possível. (PRISCIANO, XVII, GL III, 107, 1-108, 4).

Dessa forma, Prisciano confirma a influência de Apolônio em seu tratado, que versará sobre as partes da oração e falará sobre a sintaxe da língua latina. Fortes (2012, p. 215), citando Robins (1993, p. 88), ressalta que “sua gramática representa uma organização exaustiva de tudo o que se tinha alcançado ao longo da principal tradição dos saberes greco-romanos sobre a linguagem, mas ao mesmo tempo formava um banco de dados e um manual para o ensino e pesquisa gramatical”.

Observemos a passagem do livro II das *Institutione grammaticae*, na qual Prisciano explica a sua base grega para seus tratados:

As partes da oração, portanto, eram, segundo os dialéticos, duas: nome e verbo, pois estas duas, por si mesmas, bastavam para tornar a oração completa; chamavam, assim, as outras partes de syncategoremata, isto é, que significam apenas junto de outras.

Segundo os estoicos, porém, eram cinco as partes: nome próprio, nome comum, verbo, pronome ou artigo, conjunção. Com efeito, aqueles que incluíam o particípio entre os verbos, chamavam-no de verbo participial ou casual, assim como também contavam os advérbios junto aos nomes ou verbos e os denominavam como que adjetivos dos verbos.

Aqueles que incluíam, porém, os pronomes entre os artigos, chamavam-nos de artigos definidos; todavia, os artigos mesmo, dos quais não carecemos, diziam ser artigos indefinidos ou, como outros fazem, contavam-nos com os pronomes e os chamavam de pronomes articulares. Nisso, nós, latinos, os seguimos aqui, embora não encontremos artigos inteiros em nossa língua. De fato, quando dizemos ‘idem’, ‘ὁ αὐτός’, queremos dizer não somente um artigo prepositivo, mas também um pronome em cada palavra. Do mesmo modo, em ‘qui’,

‘ὄστις’, subentende-se um artigo unido a um pronome – segundo alguns indefinido –, ou com um nome, conforme Apolônio demonstrou com muita razão. Também os estoicos chamavam de conjunção prepositiva aquelas preposições que estavam ligadas à conjunção. (PRISCIANO, *Inst. gram.* II, GL II, 54, 4-17)

Dessa forma, a obra de Prisciano aprofundou os estudos já realizados por Donato, como, por exemplo, a compreensão do nome: “Nome é a parte da oração que atribui uma qualidade comum ou própria a cada um dos corpos ou das coisas dadas” (PRISCIANO, vol. 2, p. 56). Com o passar do tempo, mesmo diante da supremacia da *Ars Donati*, o tratado de Prisciano começa a ser mais utilizado pelos estudiosos da língua. Devido à ampliação na compreensão da língua, Prisciano passa ser referência no estudo da linguagem para as gerações posteriores.

1.5 A GRAMÁTICA NA IDADE MÉDIA

A Idade Média¹⁶ foi um período compreendido entre o fim do Império Romano (século V) e fins do século XV, marcado pela queda do Império Romano Ocidental; pela migração de cidadãos romanos para o campo, devido às invasões bárbaras; pela expansão do cristianismo e pela dicotomia entre o saber teológico e o profano; e uma sociedade dividida entre clero, representantes da nobreza, do poder, e os servos.

As gramáticas de Donato e Prisciano¹⁷ são a base para os estudos linguísticos, mas também há uma revisitação ao pensamento de Aristóteles¹⁸. A partir do século V, tanto a Gramática, quanto a Retórica e a Dialética, passaram a ser conhecidas como uma disciplina que constituem *as sete artes liberais*. São divididas em dois grupos: o *trivium*, com três disciplinas, e o *quadrivium*, com quatro:

Trivium

Quadrivium

¹⁶ Moraes (2011, p. 32, 33) expõe que “a visão de mundo que prevalecia na Europa da Idade Média (de 450 a 1400) e em grande parte do mundo era orgânica, que vivenciava os processos da natureza em relações caracterizadas pela interdependência dos fenômenos materiais e espirituais e na subordinação das necessidades individuais às da comunidade. A estrutura científica que predominava nessa visão de mundo orgânica estava assentada no naturalismo aristotélico e na fundamentação platônico-agostiniana, e depois tomista, que consideravam de maior significância as questões referentes a Deus, à alma humana e à ética. Naquela época, o objetivo principal da filosofia era servir de base à teologia e tinha como causa de suas preocupações religiosas a salvação da alma após a morte. Esse pensamento foi denominado de teocentrismo.

Para o homem medieval, a realidade era sagrada por ter sido estabelecida por Deus e cabia ao homem contemplar e compreender a harmonia existente no universo. Foi uma época em que também predominava o autoritarismo na organização social - o respeito cego às autoridades, aos textos bíblicos e gregos.

¹⁷ “o tratado gramatical mais popular do período foi a “*Doctrinale Puerorum*” do autor francês Alexandre de Villedieu (século XII), um manual puramente pedagógico, baseado no latim medieval, embora seguindo, em suas linhas gerais, a gramática de Prisciano”. (OLIVEIRA, 2011, p. 1572).

¹⁸ Língua, pensamento e realidade.

Gramática
Retórica
Dialética

Geometria
Aritmética
Música
Astronomia

A junção da *gramática, retórica e dialética*, no mesmo conjunto de saber, demonstra a relação entre o saber falar bem (gramática) com a argumentação e refutação (retórica e dialética) das ideias heréticas.

Bagno (2012, p.427) anota que:

A composição do *trivium* revela uma percepção muito interessante da parte dos antigos, (...): não basta conhecer as regras de funcionamento da língua (a *gramática*), é preciso também aprender a usá-las. Daí a necessidade do estudo sistemático da *retórica* - a arte da oratória, do bem dizer, da boa escolha das palavras e das construções sintáticas - e da *dialética* (às vezes também chamada *lógica*) – a arte do encadeamento lógico do raciocínio, da organização dos argumentos, da estruturação do debate, da defesa e/ ou refutação de teses etc.

O conhecimento da gramática também era o requisito para a leitura e escrita do latim, da língua universal e oficial das cerimônias da igreja e também para a compreensão das Escrituras Sagradas. O Estado estava atrelado ao poder da Igreja, fazendo com que os monastérios se tornassem os grandes centros de ensino, colaborando para uma aprendizagem catequista, segundo os ideais do contexto político medieval. Temos como exemplo, Santo Agostinho (354-430), que escreveu três Tratados: De Magistro (389); De Doctrina Christiana (397); Principia Dialecticae (384). Em *De Doutrina Christiana*, apresenta a interferência mental no processo de significação. Para Agostinho, “O signo é, portanto, uma coisa que, além da impressão que produz nos sentidos, faz com que outra coisa venha à mente como consequência de si mesmo” (DE DOCTRINA CHISTRIANA, II, 1).

No final do século XII, temos o estudo da língua pela perspectiva da Gramática Filosófica ou Especulativa¹⁹, que consistia na ideia do estudo baseado em teorizações filosóficas sobre a língua e sobre a sua estrutura, em que a mesma era comparada como um *espelho na organização do raciocínio* e um sistema fixo em categorias de pensamento. Tendo como o início dessa perspectiva de estudo da língua, a obra de Peter Helias, Oliveira (2011, p. 1572) explica que:

¹⁹ Deriva da palavra *speculum* (espelho) e está baseada nas ideias de Aristóteles (língua, pensamento e realidade).

Peter escreveu um comentário a respeito de Prisciano, no qual arriscou uma explanação filosófica para as regras gramaticais que aquele havia apenas citado. Apesar da intenção, o sistema de Donato e Prisciano permaneceu mais ou menos intacto em sua obra.

As reflexões feitas por Peter Helias e outros estudiosos sobre a *Ars Donati* de Donato e as *Institutiones* de Prisciano serviram para o surgimento de uma doutrina que foi chamada de a gramática dos Modistas, a qual tinha como principal objetivo tratar a gramática como ciência. Segundo Oliveira (2011, p.1573), “o objetivo dos “*Modistae*” era a exposição de uma teoria geral da linguagem e dos princípios da semântica, com a finalidade de mostrar a essência do discurso humano”. Eram chamados de modistas, porque esses gramáticos fizeram estudos sobre questões relacionadas ao significado e à significação, do uso, à valorização das palavras e a seus modos de significar, essas obras tinham como título *Modis Significandi*, e assim passam a ser chamados de *modistae* (modistas).

Segundo Lyons (1979, p. 15):

inspirados nas ideias escolásticas da ciência como busca das causas universais e invariantes, eles procuraram derivar as categorias gramaticais das categorias da Lógica, da Epistemologia e da Metafísica; ou melhor, derivar as categorias dessas quatro ciências partindo dos mesmos princípios gerais [...].

Os principais autores desse período foram João de Dácia, Martinho de Dácia, Simão de Dácia, Boécio de Dácia, Siger de Courtrai²⁰, Tomás de Erfurt²¹ e Radulfo Brito, também conhecido como Raul o Bretão.

²⁰ Siger de Courtrai, com base nas observações feitas pelos filósofos escolásticos, observou que as palavras possuíam funções de significação e registrou essas funções como modos de ser (*modi essendi*). OLIVEIRA (2011, p.1.573) explica que “*Para o autor, elas eram apreendidas por meio de modos ativos de compreensão (“modi intelligendi activi”), aos quais correspondia um modo passivo de compreensão (“modi intelligendi passivi”), as qualidades apreendidas pela mente*”. Destacaremos então o que Courtrai fala a respeito de como se processa a significação:

Voz... é voz a partir de uma ação de proferir... formalmente, é chamada de parte da oração por meio de um modo ativo de significação; entretanto, os modos ativos de significação não estão na voz, assim como no sujeito, pois os modos ativos de significação são um certo conceito próprio do intelecto; assim sendo, os conceitos do intelecto permanecem no intelecto e não passam para fora; todavia, são denominados vozes e por meio delas, por sua vez, são construídos, do mesmo modo que o universal existente no intelecto denomina a coisa exterior. (Wallerand. Les Oeuvres de Siger de Courtrai (Les Philosophes Belges, Tome VIII, p. 94 e 95), citado por Robins (1951, p. 82) in OLIVEIRA (2011, p.1573)

²¹ Tomás Erfurt, fazendo reflexões sobre as partes da oração na obra de Prisciano, fez considerações relevantes quanto ao nome, e a diferença entre nome substantivo e o nome adjetivo. Postulando que “Nome é a parte da oração que significa por meio do modo de ser” e a diferença entre nome substantivo e o nome adjetivo constitui da seguinte maneira: “O modo de significar por meio de um modo por si subsistente (...) constitui o nome substantivo” e “Nome adjetivo significa por meio de um modo de algo inerente a outro.” (Thomas de Erfurt. Grammatica Speculativa, cap. VIII, *apud* BUESCU, 1983, p.157)

Segundo Robins (1951, p.83), a concepção de linguagem pelos modistas se deu em três níveis: Nível do ser - *modi essendi*; Nível da compreensão - *modi intelligendi activi e passivi*; e Nível da expressão - *modi significandi activi e passivi*.

As contribuições da gramática especulativa estão na reflexão sobre a relação das palavras com seus significados, nas construções das orações de forma que torne uma oração significativa, podendo, assim, serem consideradas as primeiras observações sobre análise linguística e o início dos estudos na área da Semântica. No entanto, o sistema classificatório das gramáticas de Prisciano e de Donato continua o mesmo.

Em síntese, temos nos séculos XII e XIII da Idade Média o estudo da língua e a constituição de uma gramática que explicava sobre a organização das palavras, observando o processo mental dessa organização do raciocínio. Temos, nesse período, a língua e a gramática como espelho, compreendidas como reflexos das categorias do pensamento, ou seja, as representações da lógica do pensamento.

Nesse período, temos também o início dos estudos das línguas nativas das populações conquistadas por Roma, originando as chamadas “gramáticas medievais vernáculas”²². O estudo dos vernáculos será difundido no Renascimento com a produção de gramáticas na língua francesa, castelhana, portuguesa, entre outras, impulsionado pelo descobrimento de outros povos, pelo mercantilismo, pela colonização e pelo surgimento da imprensa.

1.6 A GRAMÁTICA E O RENASCENTISMO

No Renascimento, temos uma ruptura de paradigma,²³ mudanças significativas na relação do homem com o saber e conseqüentemente no seu modo de viver. Os estudos sobre a língua e sobre a gramática não ficam de fora dessas transformações. Trata-se de um período de abertura à novas percepções de mundo, de retomada da Antiguidade

²² De acordo com Weedwood (2002, p.61): “A expressão “gramáticas medievais vernáculas” é usada em geral de modo pouco preciso para denotar três gêneros literários bastante diferentes: 1) livros didáticos preparados para ensinar latim a falantes não nativos escrito em vernáculo; 2) obras escritas numa língua vernácula que explicitam os princípios gerais da gramática- quase sempre os princípios de natureza semântica e funcional- e extraem os seus exemplos da língua em que são escritas; 3) obras que descrevem a estrutura do vernáculo, usando normalmente o vernáculo como meio de expressão”.

²³ Moraes (2011, p.55) explica que “ruptura significa rompimento, suspensão, corte” e complementa que a “ruptura de um paradigma decorre da existência de um conjunto de problemas, cujas soluções já não se encontram no horizonte de determinado campo teórico, dando origem a anomalias ameaçadoras da construção científica. Dentro do contexto teórico vigente, as soluções parecem impossíveis de ser alcançadas, e o referencial utilizado parece incapaz de solucionar os problemas mais prementes. [...] Novos debates, novas ideias, novas articulações, novas buscas e novas reconstruções, com base em novos fundamentos.

Clássica, dos grandes descobrimentos marítimos e o apogeu do mercantilismo, do racionalismo, do surgimento da imprensa, da Reforma Protestante, entre outras transformações, que também trouxeram mudanças importantes nos estudos linguísticos.

O descobrimento de novos vernáculos europeus e novas línguas de outros povos no mundo surge a necessidade de se fazer a gramatização dessas novas línguas. Crescem, assim, os trabalhos com os glossários e os estudos linguísticos no âmbito da Lexicografia. Sobretudo, há um crescimento na produção de glossários e de dicionários bilíngues, devido às descobertas de novos territórios e às necessidades de se colonizar, instruir, negociar com esses novos povos.

As gramáticas dessa época eram fundamentadas na língua latina e adaptadas à cultura do classicismo grego. Dessa forma, as gramáticas das novas línguas eram produzidas, estruturadas segundo o modelo das gramáticas latinas. Oliveira (2011, p. 1576-1.577) explica que:

Se anteriormente, propondo uma gramática filosófica, apenas recopiaram os tratados de Donato e Prisciano; no Renascimento, com a ascensão dos grupos que valorizavam a literatura clássica e supervalorizavam o latim dessa literatura, houve a retomada dos tratadistas latinos clássicos; porém, na prática, ocorreu a manutenção das pequenas alterações feitas pelos filósofos da gramática especulativa.

Embora há uma retomada das gramáticas latinas, os gramáticos desse período fizeram uma abordagem mais crítica e reflexiva sobre a língua, visto que estavam diante de um ‘novo mundo’ e novas línguas a serem estudadas.

Um dos principais tratados gramaticais desse período, é a obra que J. S. Scaliger (1484-1558) escreveu, *De causis linguae latine*, a qual tratava sobre um estudo das causas da língua latina. Nela, o autor faz uma aplicação a língua, baseando-se nas categorias aristotélica de matéria e de forma, de substância e de acidente, de acordo com Padley (1976, *apud* BAGNO, 2001, p. 77) as causas referem-se a “causa material, isto é, matéria fônica que lhe serve de suporte; a causa formal, que impõe uma significação a essa matéria; a causa eficiente ou o agente que a impõe; e a causa final ou a meta almejada por essa imposição”.

No período de 1500, também surgem as gramáticas nos vernáculos europeus, destaques nas de Língua Portuguesa que, posteriormente, serão utilizadas no Brasil colônia. Temos como as primeiras obras gramaticais de Língua Portuguesa: Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1539) e Nunes de Leão (1606).

A obra de Fernão de Oliveira (1507-1581), *Grammatica da lingoagem portuguesa*, impressa em 1536, é considerada a primeira gramática de Língua Portuguesa, mas o próprio autor a define como “primeira anotação da língua portuguesa”, por não seguir o modelo das gramáticas produzidas até aquele momento. A obra de Fernão de Oliveira objetivava perpetuar a memória da língua, visto que foi publicada em um período em que Portugal procurava afirmar a sua autonomia nacional, em relação às outras nações. A sua obra era constituída por 50 capítulos, os quais versavam sobre as formas gramaticais, a fonética, a lexicologia, abordando especialmente alguns estudos etimológicos, e da sintaxe. No trecho a seguir, observaremos uma reflexão que Fernão de Oliveira faz sobre as influências na prosódia da língua portuguesa, em comparação com as outras línguas:

Examinemos a melodia da nossa língua e essa guardemos, como fizeram outras gentes, e isto desde as mais pequenas partes, tomando todas as vozes e cada uma por si e vendo em elas quantos diversos movimentos faz a boca como também diversidade do som e em que parte da boca se faz cada movimento, porque nisto se pode discutir mais distintamente o próprio de cada língua. E assim é verdade, que os Gregos com os Latinos e os Hebraicos com os Arábigos e nós com os Castelhanos que somos mais vizinhos, concorremos muitas vezes em umas mesmas vozes e contudo não tanto que não fique alguma particularidade a cada um por si uma só voz e com as mesmas letras e a nós e aos castelhanos guerra e papel. E no pronunciar quem não sentirá a diferença que temos porque eles escondem-se e nós abrimos mais a boca? E quase podemos dizer que o que dá a entender Horácio na Arte Poética dos Gregos e Latinos temos entre nós e os castelhanos porque a eles deu a natureza afeiçoar o que querem dizer e nós falamos com mais magestade e firmeza.

Fernão de Oliveira, Gramática, capítulo VII. *apud* Buescu(1978)

O gramático português João de Barros (1496- 1575) publicou, em 1539, a *Grammatica da Língua Portuguesa*. Para alguns estudiosos, essa obra é reconhecida como primeiro manual gramatical da Língua Portuguesa por ter uma proposta pedagógica e normativa do estudo da língua e por apresentar, de forma sistemática: ortografia, que trata da letra; prosódia, que trata da sílaba; etimologia, que trata da dição; e sintaxe, que trata da construção.

Vejamos como Barros (1971, p. 293-294) apresenta o primeiro capítulo “A definição da gramática e de suas partes”:

Gramática é vocábulo grego: quer dizer ciência de lèteras. E, segundo a difinçám que lhe os Gramáticos deram, é um módo çerto e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridáde dos barões doutos. Nós podemos-lhe chamar artefício de palávras póstas em seus naturáes lugáres, pera que, mediante élas, assi na fála como na escritura; venhamos em conhiçimento das tenções alheas. Porque bem assi entram as lèteras pela vista como as palávras pelos ouvidos – instrumento com que o nósso intendmento reçebe as máis das

cousas. E como pera o jogo de enxedrez se requérem dous reies, um de ua cor e outro de outra, e que cada um deles tenha suas peças póstas em cásas próprias e ordenádas, com leis do que cada ua déve fazer (segundo o ofício que lhe foi dádo): assi todalas linguágens tem dous reis, diferentes em género, e concórdes em ofício: a um chamam Nome e ao outro Vérbo.” Cada um destes reies tem sua dama: â do Nome chamam Pronome e à do Vérbo, Avérbio. Partiçípio, Artigo, Conjunçám, Interjeçám, sam peças e capitães prinçipáes que debaixo de sua jurdiçám tem muita pionágem de dições, com que comumente sérvem a estes dous poderosos reies, Nome e Vérbo. Assi que podemos daqui entender ser a nóssa linguágem compósta déstas nóve pártes: Artigo – que é próprio dos Gregos e Hebreus -, Nome, Pronome, Vérbo, Advérbio, Partiçípio, Conjunçám, Preposiçám, Interjeçám – que tem os latinos. Os quáes pártem a sua Gramática em quáto pártes: em Ortografia, que tráta de lêtera; em Prosódia, que tráta de sílaba; em Etimologia, que tráta de diçám; e em Sintáxis, a que responde a construçám. A imitaçám dos quáes (por termos as suas pártes), dividimos a nóssa Gramática. E, porque a máis pequenas déstas pártes é a lêtera, donde se todalas dições compõem, vejamos primeiro déla e desi das outras três, nam segundo convém à órden da Gramática especulativa, mas como requére a preçeitiva, usando dos termos da Gramática latina cujos filhos nós somos, por nam degenerár déla. E também porque as çiências requérem sus próprios termos per onde se [h]am de aprender, como as óbras mecânicas, instrumentos com que se fázem, sem o quáes nenhuma déstas se póde entender nem acabár.

A obra de João de Barros é, muitas vezes, comparada à obra do gramático espanhol Antonio de Nebrija. Um aspecto que possivelmente aproxima essas gramáticas é o fato de que os dois autores têm como modelo as gramáticas neolatinas. Enquanto aquele faz uma abordagem mais pedagógica e pragmática, este já faz de forma mais doutrinária abordando às especulações filosóficas. Oliveira (2011, p. 1577) explica que existem diferenças entre esses autores e a mais importante “consiste no fato de que o espanhol considera dez as partes da oração, enquanto que o português, apenas nove. Porém, concordam muitas vezes; os dois, por exemplo, fizeram da sintaxe uma parte especial da gramática”.

Temos assim, com as primeiras obras gramaticais em Língua Portuguesa, livros baseados nas gramáticas latinas, que, desde os primórdios na Grécia, objetivam ser a arte de ler e escrever corretamente. Também temos em comum em todas as gramáticas o desejo de autoafirmação de um povo, buscando, através da língua, a exaltação de sua identidade e a afirmação cultural nas novas conquistas territoriais portuguesas, em que as colônias terão como primeira gramática, a gramática portuguesa e, ao mesmo tempo, a língua desses novos povos (mesmo que de forma tímida) será descrita e estudada pelos colonizadores, retratando, assim, o Renascimento, momento histórico no qual estava inserido.

1.7 GRAMÁTICA DE *PORT-ROYAL*

No século XVII²⁴, temos como principal destaque nos estudos da língua a *Grammaire Générale et Raisonnée (Gramática Geral e Racional)* de Port-Royal, de autoria de Lancelot e Arnauld. Publicada por volta de 1660, esse manual trazia consigo a ideia de que a língua obedece a princípios racionais e lógicos. A *Grammaire Générale et Raisonnée*, segundo Focault (2000c, p. 125) surge para definir “um espaço comum a todas as línguas”.

O pensamento racionalista do século XVII tem a premissa de que todo o conhecimento parte da razão. Assim, os estudos sobre a língua, nessa época, entendem que “quanto mais uma gramática de uma língua for racional, mais se aproximará de uma gramática geral: quanto mais uma gramática for geral, mais valerá como uma gramática racional de uma língua qualquer” (FOCAULT, 2000c, p.125).

Temos, então, no século XVII, uma ruptura com o modelo de gramática estabelecido pela gramática latina²⁵, visto que a *Gammaire Générale et Raisonnée* estava fundamentada no racionalismo francês²⁶ e trazia consigo o entendimento de que a língua representa e reflete a lógica do pensamento, sendo este governado por leis naturais que estão presentes em todos os seres humanos. Visando uma gramática geral, comum a todas as línguas, Arnauld e Lancelot postulam que a palavra significa o pensamento e esse processo se dá por três operações: conceber, julgar e raciocinar. Vejamos a explicação dos autores:

²⁴ Antes do século XVII, temos no século XVI, autores como: Scaliger (1540), Ramus (1559) e Sanchez (1587) igualmente romperam com a tradição humanística e procuraram dar bases filosóficas ao estudo da linguagem. (cfr. Padley, 1976, p.58). O primeiro autor escreveu *De causis linguae latinae*, na qual procurou aplicar à língua as categorias lógicas de Aristóteles. Francisco Sánchez de las Brozas autor de *Minerva* buscou a estrutura lógica comum a todas as línguas. É por alguns considerado o verdadeiro fundador da gramática geral clássica. Fávero ressalta que, segundo R. Donzé (1970, p.XII), o contato de Lancelot com a obra de Sanchez teria ocorrido aproximadamente em 1654. (FAVERO, 1997, p. 107).

²⁵ Primeiro de tudo, ela marca, intencionalmente pelo menos, o fim do privilégio reconhecido, nos séculos precedentes, à gramática latina, que tendia a apresentar-se como modelo para qualquer gramática: a gramática geral é tanto latina, quanto francesa ou alemã mas transcende a todas as línguas. (DUCROT/TODOROV, 1975, p.220)

²⁶ Pensamento científico difundido no século XVII, tendo como principal representante o francês René Descartes (1596-1650), filósofo, médico e matemático, fundamentava-se na razão como única base segura para que possamos compreender o homem e a natureza, para Descartes, o mundo está dividido em dois: o mundo dos objetos, relevante para o conhecimento objetivo, e o mundo do sujeito, um mundo intuitivo, reflexivo, que conhece de outra forma, temos então de um lado o espírito, a alma. De outro, a matéria, o cérebro, as ciências e a técnica. Descartes sustenta que a língua supõe a razão, entendida como um instrumento universal e que o conhecimento humano obedece aos princípios do raciocínio. Esses princípios são divididos em quatro regras de raciocínio, as quais são: 1. A regra da evidência- por meio da dúvida, ia se excluindo as afirmações falsas e assim chegaria as ideias verdadeiras; 2. A regra da análise- era preciso a decomposição de uma questão, ou seja, analisar de forma detalhada até a sua mínima parte possível, ir do complexo ao mais simples; 3. A regra da síntese- conduzir e organizar o pensamento dos objetos mais complexos aos mais simples; 4. A regra da verificação- vistoriar e enumerar cada etapa de um processo científico, diminuindo assim falhas ou esquecimentos.

Assim se pode definir as palavras: sons distintos e articulados, que os homens transformaram em signos para significar seus pensamentos. É por isso que não se pode compreender bem os diversos tipos de significação que as palavras contêm, se antes não se tiver compreendido o que se passa em nossos pensamentos, pois as palavras foram inventadas exatamente para dá-los a conhecer.

Todos os filósofos ensinaram que em nosso espírito há três operações: conceber, julgar e raciocinar.

Conceber não é mais que um simples olhar de nosso espírito sobre as coisas, seja de um modo puramente intelectual, como quando conheço o ser, a duração, o pensamento, Deus; seja com imagens físicas como quando imagino um quadrado, um círculo, um cachorro, um cavalo.

Julgar é afirmar que uma coisa que concebemos é tal ou não é tal: como quando afirmo, depois de ter concebido o que é *a terra* e o que é *redondo*, que *a terra é redonda*.

Raciocinar é servir-se de dois julgamentos para produzir um terceiro, como quando concluo, após ter julgado que toda virtude é louvável, que a paciência é louvável.

Donde se vê que a terceira operação do espírito é apenas uma extensão da segunda; com isso, para o nosso objetivo bastará considerar as duas primeiras, ou aquilo que da primeira está contido na segunda; pois os homens não falam apenas para expressar somente aquilo que concebem, mas quase sempre para expressar os julgamentos que fazem das coisas que concebem.

O julgamento que fazemos das coisas, como quando digo: “A terra é redonda”, se chama proposição; e assim toda proposição encerra necessariamente dois termos: um, chamado *sujeito*, que é aquilo de que se afirma algo, como *terra*; o outro, chamado *atributo*, que é o que se afirma, como *redonda* – além da ligação entre esses dois termos, *é*.

Ora, é fácil de ver que os dois termos pertencem propriamente à primeira operação do espírito, porque é o que concebemos e é o objeto de nosso pensamento, e que a ligação pertence à segunda, que pode ser considerada propriamente como a ação de nosso espírito e a maneira pela qual pensamos. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 27 e 28)

Além do resgate no estudo da lógica, a obra de Lancelot e Arnauld se constitui como contribuição para os estudos linguísticos na classificação e descrição dos sons fundamentais, distribuição e classificação das partes da oração, divisão e classificação das orações, sintaxes de regência, concordância e construção. Vejamos, então, como os autores definem o nome de forma lógica, baseados nas reflexões feitas em Aristóteles e nas postulações dos “*Modistae*”:

Os objetos de nossos pensamentos são ou coisas, como a terra, o sol, a água, a madeira, o que comumente é chamado substância; ou a maneira das coisas, como ser redondo, vermelho, sábio etc., o que é denominado acidente.

Existe a seguinte diferença entre as coisas e as substâncias, e a maneira das coisas ou dos acidentes: as substâncias subsistem por elas mesmas, enquanto os acidentes só existem pelas substâncias.

É isso que fez a principal diferença entre as palavras que significam os objetos dos pensamentos: pois, os que significam as substâncias foram denominados nomes substantivos; e os que significam os acidentes, designando o sujeito ao qual esses acidentes convêm, nomes adjetivos.

Aí está a origem primeira dos nomes substantivos e adjetivos.

Mas isso só foi tratado superficialmente; e acontece que se deu menos atenção à significação que à maneira de significar. Já que a substância é aquilo que

subsiste por si mesmo, chamaram-se nome substantivo todos aqueles que subsistem por si mesmos no discurso, sem que tenham necessidade de um outro nome, ainda que signifiquem acidentes. E, ao contrário, foram chamados adjetivos mesmo aqueles que significam substâncias, quando por sua maneira de significar devem estar junto a outros nomes no discurso. (ARNAULD; LANCELOT, 1992, p. 31)

No século XIX, foi uma grande influência²⁷ para as gramáticas filosóficas portuguesa e italiana, e, no século XX, foi retomada por Chomsky. Segundo Foucault (2000c, p. 140), a Gramática de *Port-Royal* trouxe mudanças significativas no saber gramatical, pois:

Ela constituiu, para a análise da linguagem, um novo espaço epistemológico, um novo modo de aparecimento dos objetos gramaticais, um novo estatuto para sua análise, uma nova maneira de formar os conceitos. Embora as coisas pudessem aparentemente permanecer em seus lugares, as teses tradicionais se repetir como no passado e as idéias conservar a sua força adquirida, as condições do saber estavam de fato mudadas. Foi instalada toda uma rede de relações, que permitiria o ulterior aparecimento de conceitos, descrições, explicações que caracterizam a gramática geral dos séculos XVII e XVIII. Podemos resumir as características desse campo epistemológico da seguinte maneira. Seja um conjunto de fatos gramaticais: se for possível recolocá-los no interior das relações que unem a idéia de signo ao objeto da idéia representada por esse signo, e se delas conseguisse deduzi-los, se terá constituído, dirigindo-se inteiramente a uma só língua, uma gramática geral e racional; racional, porque se terá evidenciado a explicação de cada fato; geral, porque se terá destacado o espaço no qual outras gramáticas são igualmente possíveis. Assim se terá atingido, para além de uma gramática entendida como “arte de falar”, uma gramática que enunciará os “fundamentos da arte de falar”. Enfim, se terá atingido um nível em que uma língua não pode atingir por si mesma através do simples jogo de seus exemplos ou das regras que deles se deduzem, mas que apenas pode aparecer passando da língua dos usos àquela das evidências, que pode ser gramaticalmente idêntica. Esta é a figura epistemológica cuja emergência é marcada pela *Grammaire* de Port-Royal em meados do século XVII. (grifos do autor)

1.7.1 A Gramática de *Port-Royal* e a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* de Jerónimo Soares Barbosa

Barbosa (1737-1816), filólogo português educado no seminário episcopal de Coimbra, ordenado presbítero, em 1762, bacharelou-se em Direito Canônico. Foi professor de Retórica e de Poética (Colégio das Artes da Universidade) e dedicou grande parte de sua vida ao ensino. Escreveu várias obras sobre a Língua Portuguesa, faremos destaque a *Grammatica Philosophica da Lingua Portuguesa* ou *Os princípios da grammatica geral applicados à nossa linguagem*, que, segundo Cagliari, “[...] se

²⁷ Para Said Ali uma das contribuições deixadas pela Gramática de Port-Royal para a história dos estudos linguísticos é sobre as “Regras comuns às línguas conhecidas ou a um grupo de língua congêneres, costumam-se chamar, exageradamente, regras ou princípios de Gramática Geral”. (Ali, 1964, p. 15)

assemelha mais a um tratado de linguística aplicado à Língua Portuguesa do que a uma gramática normativa, como conhecemos comumente” (CAGLIARI, 1985a, p. 93).

Publicada, postumamente, em 1822, o tratado gramatical de Barbosa estava embasado nos princípios da gramática *Port- Royal* e adaptados a descrição da Língua Portuguesa. E apresentava o método da gramática filosófica da seguinte forma: “*as regras propostas por este methodo reduzem-se a menos, porque se unem ao mesmo principio; percebem-se melhor, porque se sabe a razão d’ellas; e afixam-se mais na memória, porque se ligam umas com as outras*”. (BARBOSA, 1881, p. XV). Seguindo o modelo da *Gammaire Générale et Raisonnée*, Barbosa (1981) define que:

Toda a grammatica particular e rudimentar, para ser verdadeira e exacta nas suas definições, simples nas suas regras, certas nas suas analogias, curta nas suas anomalias, e assim facil para ser entendida e comprehendida dos principiantes, deve ter por fundamento a grammatica geral e razoada. Porque, subindo esta ás razões e principios geraes da linguagem, é que melhor póde dar noções dos signaes das idéias, descobrir todas as analogias de uma língua particular, e reduzir a ellas muitas anomalias que os ignorantes contam por taes, não o sendo realmente. (BARBOSA, 1881, livro IV, cap. I)

O autor também faz recomendações sobre como os professores de Língua Portuguesa devem se preparar, instruindo da seguinte maneira:

há coisas que so os mestres devem estudar para expplicar a seus discipulos; outras que estes devem apprender, como os usos particulares e idiotismo da lingua; e muitas que devem decorar, como são os paradigmas todos das partes da oração e regras de suas terminações, conjugações e syntaxe.” (BARBOSA, 1881, p. XV e XVI).

Recomenda que o ensino da língua não deve ser fundamentado na memorização pura e simples das regras com base no uso, visto que o ensino deveria compreender “as razões das prácticas do uso” (BARBOSA, 1881, p. XIV), pois concebe a gramática como “um systema methodico de regras que resultam das observações feitas sobre os usos e factos das línguas” (BARBOSA, 1881, p. XI).

Segundo Oliveira (2011), a explicação que Soares faz sobre o sujeito *não é pontual, pois o conceitua como um acidente – o tópico*. Vejamos:

Toda oração tem necessariamente tres termos, um que exprime a pessoa ou a coisa, da qual se diz e enuncia alguma coisa; outro que exprime a coisa que se enuncia; e o terceiro que exprime a identidade e coexistência de um coisa com outra. O primeiro termo chama-se sujeito, o segundo attributo, e o terceiro verbo. Toda oração, pois, é composta de um sujeito, de um attributo e de um verbo, os quaes se exprimem ou com tres palavras, eu sou amante; ou com duas equivalentes ás tres, sou amante, ou com uma só que concentra em si as tres, como: amo. (BARBOSA, 1881, livro IV, cap. I)

De forma mais precisa, explica sobre gênero (aristotélico) da noção de sujeito, apontando que:

O sujeito é o principal termo da proposição ao qual todos os mais se referem. Elle sempre é, ou um nome substantivo, quer proprio sem artigo, como: Pedro é homem; quer appellativo com elle, como: o homem é mortal; ou qualquer parte da oração substantivada pelo artigo, quer seja um adjectivo o justo, o honesto; quer um verbo no infinitivo o saber, ou no modo finito o praz-me; quer uma preposição o pro e o contra; quer um adverbio o como e quando; quer uma conjunção o senão. (BARBOSA, 1881, livro IV, cap.I)

O autor conclui que “*oração ou Proposição ou Frase (pois tudo quer dizer o mesmo) é qualquer juízo do entendimento, expressado com palavras.*” (Idem, *ibidem*).

1.8 GRAMÁTICA E LINGUÍSTICA

Perguntava-se (no Renascimento) como era possível reconhecer que um signo designava realmente aquilo que ele significava; a partir do século XVII pergunta-se – a como pode um signo está ligado àquilo que ele significa. Questão à qual a diáde clássica responderá pela análise da representação; e à qual o pensamento moderno responderá pela análise do sentido e da significação. (FOCAULT, 1981, p. 59)²⁸

A hegemonia da gramática de *Port-Royal* se dá durante os séculos XVII e meados do século XVIII, na qual a compreensão da linguagem como representação do espírito, do pensamento, perde sua força e, no século XIX, a língua torna-se efetivamente um objeto de conhecimento científico autônomo. Foucault (2000 a) compreende que:

A partir do século XIX, a linguagem se dobra sobre si mesma, adquire uma espessura própria, desenvolve uma história, leis e uma objetividade que só a ela pertencem. Tornou-se um objeto de conhecimento entre tantos outros; ao lado dos seres vivos, ao lado das riquezas e do valor, ao lado da história dos acontecimentos e dos homens. (FOCAULT, 2000a, p.410)

Uma das grandes descobertas, no final do século XVIII e início do século XIX, foi o Sânscrito, antiga língua dos livros sagrados da cultura indiana estudada pelo gramático hindu Panini²⁹. Essa descoberta estabeleceu o início dos estudos comparados, o

²⁸ Em *As palavras e as coisas*.

²⁹ Panini (cerca de 520-460 a.C.) é autor da gramática mais antiga conservada do Sânscrito e que remonta ao menos ao ano 400 a.C. Intitulada Doutrina das Palavras (Sabdanusasana ou Astadhyayi), a gramática, de oito volumes, com quatro mil aforismos (Sutra), menciona os mestres que o antecederam e que representam uma tradição de pelo menos 1000 anos a.C., entre os séculos VI a.C. e XI d.C., se tornou a língua da literatura e da ciência hindus, e mantida, ainda hoje, por razões culturais, como língua constitucional da Índia.

Método Comparativista ou *Gramática Comparativa*, que surge com o intento de comparar sistematicamente o sistema fonético, a estrutura gramatical e lexical, para se chegar a uma “origem comum”, a relação “familiar” entre as línguas. Com essa comparação, os estudiosos perceberam muitas semelhanças entre as línguas sânscrita, grega, latina, persa e as germânicas, criando o termo Línguas Indo-europeias a essas línguas semelhantes.

Assim, a descoberta do Sânscrito proporcionou estabelecer, rapidamente, uma gramática comparada, com vistas a uma teoria geral sobre o grupo culturalmente mais importante de idiomas: o indo-europeu (cf. ROBINS, op. cit.).

Friedrich Schlegel (1808) e Franz Bopp (1816), fundadores da gramática comparativa, propõem um estudo sobre as origens da língua, como falamos anteriormente, o qual estabeleceu um método sistemático de comparação do sistema fonológico, a estrutura gramatical e lexical, propondo um parentesco linguístico. Dessa forma, há um novo direcionamento nos estudos filológicos, a afirmação da diacronia nos estudos linguísticos.

Temos, também, a partir do século XVII chegando ao XX, a afirmação das bases científicas da semiótica, com os estudos sobre o “sistema de signos”, sua natureza, sua função e a conexão com outros saberes. Estudiosos como Hobbes³⁰ (1588-1679), Locke³¹ (1632-1704), Berkeley³² (1685-1753), Vico³³ (1668-1774), Condillac³⁴ (1715-1780),

³⁰ Thomas Hobbes (1588-1679) foi teórico político, filósofo e matemático inglês. Sua obra mais evidente é "Leviatã", cuja ideia central era a defesa do absolutismo e a elaboração da tese do contrato social. Hobbes morreu no dia 4 de dezembro de 1679, com 91 anos, depois de ter escrito, já na velhice, a tradução da "Ilíada" e da "Odisseia" para a língua inglesa. Para Hobbes, “os nomes são signos das nossas concepções e não das coisas mesmas” e tinham a função de “mostrar nossos pensamentos”. E entendia que o processo de semiose se desenvolve numa rede de tramas mentais. Criou o modelo associacionista, que segundo Nöth (1996, p. 43) era um modelo *bastante unilinear de semiose ao salientar que, na associação dum acontecimento antecedente com um evento conseqüente, um é signo do outro.*

³¹ Para Nöth, John Locke é a figura mais importante da história da semiótica de sua época. Pois Locke, *descreveu os signos como “grandes instrumentos de conhecimento” e distingue duas classes de signos: as ideias e as palavras. As ideias são os signos que representam as coisas da mente do contemplador; as palavras não representam nada “senão as ideias na mente da pessoa que as utilizai”. Palavras portanto, são signos da ideias do emissor.* (NÖTH, 1996, p.44)

³² Ele contrapõe a ideia de Locke. Nöth (1996, p.43-44) explica que Berkeley radicalizou a teoria diádica do signo no quadro do seu nominalismo e idealismo ontológico, pois para ele, a *matéria do mundo não participa do processo de semiose; as nossas sensações do mundo são “ideias impressas nos sentidos”, não existindo a não ser na mente de quem as percebe. O “ser” delas é o ser percebido: “Esse est percipi”.* Segundo Nef (1995, p.118), *Berkeley afirma que uma palavra se torna geral, não quando é signo de uma ideia geral, mas quando é signo de várias ideias particulares sugeridas de maneira indiferente. A palavra “triângulo”, segundo Berkeley, não seria pois signo de uma ideia geral de triângulo, nem isósceles, nem escaleno etc., mas de uma multiplicidade de ideias de triângulos particulares.*

Dessa forma, Berkeley vê apenas relações entre signos e coisas significadas. E todo o mundo natural aparece permeado de signos.

³³ Para Giambattista Vico, a humanidade teria passado por três fases de desenvolvimento (essas fases ocorrem em ciclos, com a possibilidade de retrocesso a estágios anteriores):

Diderot³⁵ (1713-1784), Degérando³⁶ (1772-1842), Lambert³⁷ (1728-1777), estão entre os principais autores que tratam sobre o signo.

Chegando no século XX, temos o nascimento da Linguística Moderna que traz consigo o estudo da língua de forma autônoma, separada dos estudos literários e históricos, da filosofia e da psicologia, áreas que costumeiramente estavam vinculadas aos estudos linguísticos. Esse momento também propiciou o surgimento de novas gramáticas fundamentadas nas correntes teóricas desse novo olhar sobre a linguagem, de

1. Era divina: semiose ritual (hieróglifos divinos, gestos ou objetos físicos que tivessem relações com as ideias). Segundo Nöth (1996, p.47) *durante a era divina, os homens acreditavam que tudo fosse deus ou criado por um deus. [...] A linguagem falada ter-se-ia desenvolvido, então, a partir da onomatopeia e das interjeições; era "uma linguagem com significações naturais"*.

2. Era heróica: semiose emblemática (emblemas visuais, brasões, insígnias e outros signos de posse material). Nöth (1996, p.47) explica que *idéias abstratas foram expressas na forma antropomórfica de heróis míticos*. E concluiu que tanto a era divina quanto a era heroica foram períodos de *sabedoria poética* e as pessoas que viveram nesse período são considerados *autênticos poetas*. E entende que Vico compreendia que *poesia, metáfora e mito são formas arcaicas de pensamento*.

3. Era humana: semiose arbitrária. Considerada a idade da *razão e da civilização*.

³⁴ Etienne Bonnot de Condillac (1715-1780), autor de *Essai sur l'origine des connaissances humaines*, obra que trata sobre a semiose como um processo genético que começa em níveis primitivos, chegando a níveis complexos. Nessa obra, o autor descreve que o mais primitivo desses níveis, é a sensação, que será entendida como o ponto de partida para o conhecimento. E os níveis seguintes são, pela ordem, percepção, consciência, atenção, reminiscência, imaginação, interpretação, memória e reflexão. Observando que na gênese da cognição, considerando a escala que vai das sensações às reflexões, o signo só aparece no nível da reminiscência. Pois é apenas nesse estágio que começam surgir os signos casuais (ou acidentais) e naturais. Antes de se chegar à reminiscência, a cognição se processa pré-semioticamente.

Condillac distinguiu três categorias de signo:

1. Signos causais, são os que estabelecem conexões entre objetos e algumas de nossas ideias;

2. Signos naturais, serão estabelecidos pela natureza para a expressão de sentimentos como o medo, a alegria, a dor etc.;

3. Signos por instituição, são os que apresentam uma relação arbitrária com as nossas ideias.

A divisão entre signos naturais e institucionais constituirá o limiar entre a semiótica animal e a semiose humana.

Além dessas questões, a semiótica sensualista (orientação que atribui às sensações, todo e qualquer conhecimento) discutiu a origem da língua e as fases do seu desenvolvimento.

³⁵ Diderot (1713-1784) tratou sobre a comunicação 'verbal' e 'não-verbal' nas suas obras *Lettres sur les aveugles e Lettre sur les sourds et muets*. Ele afirmou que a linguagem dos gestos é mais expressiva e mais lógica do que a linguagem verbal. Porque entendia que *os fonemas na expressão verbal apresentam linearidade temporal, que acarreta uma estrutura unidimensional; e a linguagem dos gestos é tridimensional, como a realidade do mundo*.

Concluiu que a representação tridimensional corresponde necessariamente mais à realidade do que as demais representações unidimensionais, como a linguagem verbal.

Para Diderot, a linguagem verbal provoca uma distorção da realidade.

³⁶ Marie-Joseph de Gérando (1772-1842) foi premiado com o seu tratado *Des signes et de l'art de penser*. Para ele, um signo é "qualquer sensação que acarreta uma ideia em nós, por causa da sensação que existe entre elas".

³⁷ Johann Lambert, publicou o primeiro tratado geral sobre a teoria do signo- *Semiótica* (1746), que versava sobre as fronteiras entre o pré-semiótico e o semiótico. Explicou sobre o limiar semiótico:

1. abaixo: sensações que não podem ser repetidas voluntariamente;

2. acima: produção de signos com cognição simbólica.

Distinguiu quatro tipos de signos: naturais, arbitrários, meras imitações e representações (icônicos). Para o autor alemão, somente os naturais e arbitrários eram signos necessários.

forma que havia “*um interesse antigo e uma ciência moderna*”, como nos diz Orlandi (1990). A autora aponta que:

Há um número enorme de fatos que mostram essa atenção que os homens de diferentes épocas sempre dedicaram à linguagem. **Mas é só com a criação da Linguística que essas manifestações de curiosidade do homem tomam a forma de uma ciência, com seu objeto e método próprios.** (ORLANDI, 1990, p. 9) (grifos meus)

Essa nova ciência se fundamentou na obra póstuma de Saussure, *Cours de linguistique générale*³⁸, em 1916. Essa obra foi publicada com base nos manuscritos do autor genebrino e nas anotações que seus alunos fizeram durante as ministrações do curso. Mesmo sendo alvo de discussões quanto à edição dessa obra, o Curso de Linguística Geral é um marco para o estudo da língua. Benveniste (1991, p. 34) declara que “não há um só linguista que não lhe deva algo”.

Considerado como fundador da linguística e do estruturalismo, Saussure apresenta questões sobre a língua, sobre a fala e sobre a linguagem, afirmando que os estudos linguísticos deveriam ser feitos de forma sincrônica e formal, nos quais se apresenta a língua como um sistema e objeto principal desse estudo, em que se analisaria a estrutura desse sistema linguístico constituído de elementos e as funcionalidades de cada um deles. As ideias de Saussure influenciaram outras áreas de conhecimento, como a antropologia e como a psicanálise, nas décadas de 1950, 1960 e 1970.

Em suma, os princípios apresentados por Saussure se baseiam na oposição e na diferença. Temos, então, as postulações sobre: 1. Linguagem: língua (*langue*) e fala (*parole*), sincronia e diacronia, sintagma e paradigma; 2. Signo: significado- significante, arbitrariedade-linearidade; entre outros. Para Saussure (1916), a língua é um sistema de signos, e a fala é um ato individual. Enquanto a fala está relacionada ao processo *psicofisiológico do ato linguístico de articular*, a língua é um fato social, produto da coletividade, está externa ao indivíduo, que não pode mudá-la e/ou modificá-la. A oposição entre o estudo sincrônico e diacrônico da língua estabelece que o estudo sincrônico é a investigação do sistema linguístico em um estado particular, e o diacrônico é a evolução desse sistema no decorrer do tempo. A composição do signo está na relação entre significado e significante, em que o significado corresponde à ideia, à representação

³⁸ Os redatores dessa obra foram Bally, Riedlinger e Sechehaye. E com nos conta Ilari(2005): *As circunstâncias de publicação desse livro são singulares. Em primeiro lugar, o livro não foi escrito por Saussure, mas por alguns de seus alunos da Universidade de Genebra, que se valeram para isso das notas de aula que haviam tomado nos anos letivos de 1907-8, 1908-9 e 1910-11 (Saussure faleceu em 1913, depois de um período de doença).*

mental de um objeto ou da realidade social em que nos situamos, e o significante é a imagem acústica, que está no plano da expressão. Segundo Saussure (1916), o signo linguístico é “uma entidade psíquica de duas faces” e o significado e significante “estão intimamente unidos e um reclama o outro” (1916, p. 80).

O estruturalismo redimensionou mudanças na teoria gramatical. No Brasil, Ilari (2005) elenca três mudanças significativas proporcionadas pelo estruturalismo. Em primeiro lugar, destaca a valorização da Língua Portuguesa, falada e escrita no Brasil, e a compreensão da necessidade de torná-la objeto de descrição. A partir de então, observou-se aspectos fonéticos e fonológicos das variantes linguísticas utilizadas no Brasil. Também houve a verificação de regularidades nas variantes não-padrão da língua e as línguas indígenas, dialetos africanos e europeus, e as variantes regionais passaram a ser objeto de estudo. Em segundo lugar, motivados pela descrição, temos o estímulo à linguística de campo, que levou à constituição de grandes *corpora*, caracterizando-se não só por sua abrangência, mas também pelo alto rigor nos procedimentos de coletas. Em terceiro lugar, a linguística se tornou uma disciplina autônoma. No Brasil dos anos 1960, o estruturalismo criou grandes expectativas de que poderia contribuir, positivamente, para a renovação no ensino de línguas.

Ainda conforme Ilari (2005), temos no Brasil, em 1957, a publicação do trabalho *Erros de escolares como sintomas de tendências lingüísticas do português do Brasil*, de Mattoso Câmara Jr., que traz uma sistematização da fonologia que ainda hoje é referência, e vários outros estudos de morfologia da variedade padrão do português do Brasil. Há também, na obra, incursões também interessantes na variedade não-padrão: uma dessas incursões parte da análise dos “erros escolares”, mostrando (pela primeira vez em português?) que os “erros” que os professores de ensino médio apontam, às vezes, nas redações e em outros exercícios escolares, nada mais são que a manifestação da língua que os alunos efetivamente conhecem. A língua real nem sempre é igual às representações construídas pelos gramáticos.

Temos, então, a partir de Saussure (1916), grandes mudanças nos estudos linguísticos e novas propostas de manuais gramaticais, em que a descrição e o funcionamento da língua serão bases para esses manuais.

Nos anos 1930-1940, surge a corrente do *relativismo linguístico*, embasada nas considerações de *Sapir-Whorf*, que compreendia que a língua que falamos molda nosso modo de pensar e de conceber o mundo.

Na década de 1960, surge a escola teórica conhecida como *Gerativismo, ou gramática gerativa, gramática gerativo-transformacional*, baseada nos trabalhos de Chomsky, que estudava a linguagem como forma e como cognição individual.

Como vimos, ao longo da história, a língua/linguagem suscita no ser humano a vontade de conhecê-la. Surgem teorias, cada uma ao seu tempo, com as ferramentas que lhes estão dispostas, construir, processar informações sobre esse objeto. Cada uma delas dará sua contribuição para um melhor entendimento de nossa faculdade.

Assim como a concepção de linguagem e de língua vem percorrendo diversas perspectivas teóricas, a gramática também fará percursos teóricos e a abordagem que os manuais gramaticais fazem sobre a língua, influencia no ensino e na aprendizagem da língua portuguesa. Este trabalho visa demonstrar, de forma comparativa, o conteúdo *uso dos pronomes demonstrativos-este(s) e esse(s)* da língua portuguesa abordado nas gramáticas normativas e pedagógicas. Almeja também demonstrar esse uso em textos do autor Machado de Assis e textos atuais, buscando reflexões que contribuam para a melhoria do ensino da língua portuguesa.

CAPÍTULO 2

BREVE PERCURSO HISTÓRICO DOS DEMONSTRATIVOS NA LÍNGUA PORTUGUESA

Para discutirmos melhor sobre os demonstrativos, faremos, primeiramente, uma abordagem histórica da Língua Portuguesa, observando as influências que a constituíram e, posteriormente, abordaremos tais demonstrativos, desde o latim até a atualidade.

Na parte em que trataremos sobre a história da Língua Portuguesa, utilizaremos como base teórica as obras de Teyssier (1982), de Cunha e Cintra (2013), de Bechara (2015), de Bagno (2012), entre outros.

Para a seção sobre o percurso histórico dos demonstrativos- do latim à atualidade, lançamos mão das obras de Bagno (2012), de Marine (2009), de Matos e Silva (2006), de Ali (1964), entre outros. Essa organização viabiliza a compreensão das análises nas gramáticas que faremos nos capítulos seguintes.

2.1. PERCURSO HISTÓRICO DA LÍNGUA PORTUGUESA

REFERÊNCIAS

ALI, M. Said. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 7 ed. Rio de Janeiro, 1964

ALMEIDA, Napoleão Mendes. *Gramática metódica da língua portuguesa*. 46ª ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

ANTUNES, Irandé. *Muito além da gramática: por um ensino de línguas sem pedras no caminho*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.

ARNAULD, Antoine; LANCELOT, Claude. *Gramática de Port-Royal*. Tradução de Bruno Fregni Bassetto. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

AQUINO, Ruth de. “Criticar a roupa de Dilma é machismo?: Se eu falar do cabelo armado Mao Tsé-Tung de Dilma, além de machista serei considerada fascista e fútil”. 09/01/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/01/criticar-roupa-de-dilma-be-machismob.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “A pátria que deseduca: A língua portuguesa é achincalhada por presidentes, governadores – e a população em geral”. 16/01/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/01/patria-que-deseducab.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “A impotência dos pais órfãos: Nós nos indignamos com a pena de morte lá fora. E com os 56 mil assassinatos anuais no Brasil?”. 27/01/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/01/impotencia-dos-bpais-orfaosb.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Dilma se trumbica: Tantas foram as mentiras de Dilma sobre a Petrobras que o maior rombo a cobrir agora é o da credibilidade”. 30/01/2015. Disponível

em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/01/dilma-bse-trumbicab.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “O que é isso, companheiros?: O PT parece a bela adormecida, esperando por um príncipe que resgate seus valores e sonhos”. 10/02/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/02/o-que-e-isso-bcompanheirosb.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “O homem também é objeto sexual: Amarrar e dar palmadinha excita muitos adultos. Se for consenso, é uma ferramenta erótica como tantas”. 12/02/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/02/o-homem-tambem-e-bobjeto-sexualb.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “As cinzas do Carnaval: Senti-me uma estranha no ninho e pensei em todos que, como eu, viveram perdas em momentos de celebração”. 20/02/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/02/cinzas-do-bcarnavalb.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Não seremos submissos: Cunha ou Lula, não importa: líderes devem ser calmos e sensatos na hora da crise e não dilapidar o Brasil”. 03/03/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/03/nao-seremos-bsubmissosb.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “A boca fechada de Dilma: Dilma sai à cata de dinheiro, arrecadando ainda mais impostos. Ela sabe que quebrou”. 06/03/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/03/bboca-fechada-bde-dilma.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Por que sair às ruas: Quem quer derrubar Dilma no grito não respeita o voto. Quem a apoia sem crítica não pensa no país nem no povo”. 13/03/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/03/por-que-bsair-ruasb.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Larguem o osso: Quem está a favor de Dilma? Não é o MST, nem os sem-teto, nem os caminhoneiros, nem os professores”. 20/03/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/03/larguem-o-bossob.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Apertem os cintos: o piloto do Brasil sumiu: A situação é de descontrole na cabine de comando do Planalto, com queda abrupta em todos os níveis”. 27/03/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/03/apertem-os-cintos-o-piloto-do-brasil-sumiu.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Menores de 18 anos não sabem o que fazem?: Sou a favor da redução da maioria penal. Não considero adolescentes os jovens de 16 a 18 anos”. 02/04/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/04/menores-de-18-anos-nao-sabem-o-que-fazem.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Deu a louca nas contas de luz: Não adianta sair apagando as luzes e tropeçar na escuridão, na vã esperança de economizar energia”. 10/04/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/04/deu-loucas-contas-de-luz.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “O enigma do tesoureiro: Tesoureiros têm a chave do cofre e apenas obedecem. Vaccari não é diferente de Delúbio Soares ou PC Farias”. 17/04/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/04/o-enigma-do-tesoureiro.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Balanço, mas não caio: O panorama em torno do fosso moral e financeiro da Petrobras não é alentador”. 24/04/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/04/balanco-mas-nao-caio.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Falar ou calar, companheira Dilma?: Para qualquer lugar que se olhe, os números justificam a cisão entre PT e trabalhadores”. 30/04/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/04/falar-ou-calar-companheira-dilma.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “A cultura do desrespeito: Washington parece outro planeta. O motorista sorri. A cidade funciona. A vida flui. Gentileza gera gentileza”. 08/05/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/05/cultura-do-desrespeito.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “O corredômetro da doença: Pagamos impostos altíssimos para ver humanos estendidos no chão dos corredores de hospitais”. 15/05/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/05/o-corredometro-da-doenca.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “A gente se sente como quem partiu ou morreu: Formamos cada vez mais bandidos e menos cidadãos. O crime da Lagoa é um alerta a um Estado omissivo e incompetente”. 22/05/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/05/gente-se-sente-como-quem-partiu-ou-morreu.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Na toca das raposas: A ruptura na bancada do PT, que expulsou os que votaram em Tancredo, demonstra autoritarismo”. 29/05/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/1985/noticia/2015/05/na-toca-das-raposas.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Homofóbicos, saiam do armário!: O anúncio causou tanta ira porque não há bichas nem sapatas. Mostra casais gays felizes. E normais!”. 04/06/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/06/homofobicos-saiam-do-armario.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Desculpe, Neide: Desculpe, Neide, os milhões de brasileiros que acreditaram que o PT mudaria as prioridades do país”. 12/06/2015. Disponível em:

<<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/06/desculpe-neide.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Um mês para Dilma: Nunca antes neste país um presidente foi convocado a justificar suas contas: Nunca antes neste país um presidente foi convocado a justificar suas contas”. 19/06/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/06/um-mes-para-dilma.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

AQUINO, Ruth de. “Sobre mandiocas, rolas e sertanejos: Façamos justiça. A presidente Dilma tem feito enorme esforço para se tornar mais exótica”. 26/06/2015. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/ruth-de-aquino/noticia/2015/06/sobre-mandiocas-rolas-e-sertanejos.html>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

BAGNO, Marcos. *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

BAGNO, Marcos. “Uma gramática propositiva”. In: NEVES, Maria Helena de Moura; GALVÃO, Vânia Cristina Casseb; LEITE, Marli Quadros; SAVIOLI, Francisco Roberto Platão (orgs.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavras os autores BECHARA, Evanildo ... [et. al.,.]*. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 91-114, 2014.

BARBOSA, Jeronymo Soares. *Grammatica philosophica da lingua portugueza*. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias, 1881.

BARROS, João de. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1971.

BEARD, M. & HENDERSON, J. *Antiguidade Clássica. Uma brevíssima introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BECHARA, Evanildo. “Para quem se faz uma gramática?” In: NEVES, Maria Helena de Moura; GALVÃO, Vânia Cristina Casseb; LEITE, Marli Quadros; SAVIOLI, Francisco Roberto Platão (orgs.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavras os autores BECHARA, Evanildo ... [et. al.,.]*. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 19- 30, 2014.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 38ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

BENVENISTE, É. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes Editores, 1991.

BRANDÃO, C. *Sintaxe Clássica Portuguesa*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1963.

BUESCU, Maria Leonor Carvalhão. *Gramáticos portugueses do século XVI*. Portugal: Livraria Bertrand, 1978.

CAGLIARI, Luiz Carlos. "A escrita na gramática de Jerônimo Soares Barbosa", in Anais de Seminários do Gel, *Grupo de Estudos Lingüísticos (GEL)*, Bauru, São Paulo, 1985. p.93-97.

CASTILHO, Ataliba T. de; ELIAS, Vanda Maria. *Pequena gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2012.

CUNHA, Celso; CINTRA, Lindley. *Gramática do português contemporâneo*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013.

DEZOTTI, Lucas Consolin. *As “partes da oração” de Donato aos modistas*. ReVEL, vol. 8, n. 14, 2010.

DIONÍSIO TRÁCIO. *Dionysii Thracis ars grammatica*. Edição de G. Uhlig. In: SCHNEIDER, Richard & UHLIG, Gustaf (ed.). *Grammatici Graeci*, I. Leipzig: Teubner, 1878-1910 [republicado: Hildesheim: Olms, 1965].

DONATO. *Donati ars maior*. In: KEIL, H. (ed.). *Grammatici Latini*, IV, 367-402. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

FOCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas. Uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução. SALMA TANNUS MUCHAIL. Martins Fontes. São Paulo — 2000 a.

FORTES, Fábio da Silva. *Sintaxe greco-romana: Prisciano de Cesareia e Apolônio Díscolo na história do pensamento gramatical antigo*. Campinas, São Paulo: [s.n.], 2012.

GURPILHARES, Marlene Silva Sardinha. *As bases filosóficas da gramática normativa: uma abordagem histórica*. 2008. Disponível em: www.fatea.br/janus/pdfs/1/artigo03.pdf.

HOLTZ, L. *Donat et la tradition de l'enseignement grammatical. Étude sur l'Ars Donati et as diffusion (IV-IX siècle) et edition critique*. Paris: CRNS, 1981.

ILARI, Rodolfo. “O estruturalismo linguístico: alguns caminhos”. In: Anna Christina Bentes e Fernanda Mussalim (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol. III. São Paulo: Cortez, 2005.

LEITE, Marli Quadros. “Tradição, invenção e inovação em gramáticas da língua portuguesa- séculos XX e XXI”. In: NEVES, Maria Helena de Moura; GALVÃO, Vânia Cristina Casseb; LEITE, Marli Quadros; SAVIOLI, Francisco Roberto Platão (orgs.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavras os autores BECHARA, Evanildo ... [et. al.,]*. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 115-133, 2014.

LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. *Sintaxe gerativa do português*. Belo Horizonte: Belo Horizonte, 1986.

LYONS, J. *Introdução à Linguística teórica*. Tradução de R. V. M. Silva e H. Pimentel. São Paulo: Nacional. 1979.

MACHADO DE ASSIS, “A mulher de preto”. In: *Contos Fluminenses*. Obra completa de Machado de Assis, Vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994. Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1870.

MACHADO DE ASSIS, “O relógio”. In: *Histórias da Meia-Noite*. Obra completa de Machado de Assis, Vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994. Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1873.

MACHADO DE ASSIS, “O alienista”. In: *Papéis Avulsos*. Obra completa de Machado de Assis, Vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994. Publicado originalmente por Lombaerts & Cia, Rio de Janeiro, 1882.

MACHADO DE ASSIS, “A igreja do Diabo”. In: *Histórias Sem Data*. Obra completa de Machado de Assis, Vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994. Publicado originalmente pela Editora Garnier, Rio de Janeiro, 1884.

MACHADO DE ASSIS, “Conto de escola”. In: *Várias Histórias*. Obra completa de Machado de Assis, Vol. II, Nova Aguilar, Rio de Janeiro, 1994. Publicado originalmente por Laemmert & C. Editores, Rio de Janeiro, 1896.

MARIANTE, Maria Alvina Pereira. *A Ordem da Língua: um estudo sobre a gramática e o ensino da língua [manuscrito]*. 2008. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MARINE, T. C. *Um estudo sócio-discursivo do sistema pronominal dos demonstrativos no Português Contemporâneo*. 2009. 220 f. Tese (Doutorado em Lingüística e Língua portuguesa) – Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2009.

MATTOS E SILVA, R. V. *O Português Arcaico: fonologia, morfologia e sintaxe*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MORAES, Maria Cândida. *O paradigma educacional emergente*. São Paulo: Papyrus, 2011.

NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Unesp. 2002.

NEVES, Maria Helena Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

NEVES, Maria Helena Moura. *Gramática de usos do português*. 2ª ed.- São Paulo: Unesp. 2011.

NEVES, Maria Helena Moura. *A gramática passada a limpo: conceitos, análise e parâmetros*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NEVES, Maria Helena de Moura; GALVÃO, Vânia Cristina Casseb; LEITE, Marli Quadros; SAVIOLI, Francisco Roberto Platão (orgs.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra os autores BECHARA, Evanildo ... [et. al.,.]*. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

NÖTH, Winfried. *Panorama da semiótica: de Platão a Peirce*. São Paulo: Annablume, 1996.

NUNES, Benedito (coord.), NUNES, Carlos Alberto (trad.). *Platão, diálogos – Teeteto Crátilo*. 3ª ed. Editora Universitária: UFPA. Belém –Pará. 2001.

OLIVEIRA, Luiz Roberto Peel Furtado. “Da techné grammatiké à gramática especulativa medieval: as relações lógicas e não lógicas do enunciado linguístico”. *Cadernos do CNLF*, v.15, n. 5. Rio de Janeiro, 2011.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *O que é Linguística?* São Paulo: Brasiliense, 1990.

OSÓRIO, Paulo. “Oito séculos de língua portuguesa. Proposta de sistematização de uma bibliografia especializada sobre a história do português”. *Ter Ci*, v. 04, n. 02, jul. / dez. 2014. Faculdade Cenecista da Ilha do Governador, 2014.

PERINI, Mário A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

PERINI, Mário A. “Defino minha obra gramatical como a tentativa de encontrar resposta às perguntas: por que ensinar gramática?” In: NEVES, Maria Helena de Moura; GALVÃO, Vânia Cristina Casseb; LEITE, Marli Quadros; SAVIOLI, Francisco Roberto Platão (orgs.). *Gramáticas contemporâneas do português: com a palavra os autores BECHARA, Evanildo ... [et. al.]*. São Paulo: Parábola Editorial, pp. 48- 67, 2014.

PESSANHA, José Américo de Motta (seleção de texto); tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornhem da versão inglesa de W. A. Pickard. *ARISTÓTELES, 384- 322 A. C. Tópicos; Dos argumentos sofisticos/ Aristóteles*. – São Paulo: Nova Cultura. 1987.

PRISCIANO. *Institutionum grammaticarum libri XVII & XVIII*. In: KEIL, Heinrich [ed.]. *Grammatici Latini*. Leipzig: Teubner, 1855-1880 [repub. Hildesheim: Olms, 1981].

ROBINS, R. H. *The Byzantine Grammarians- their place History*. Nova York: Mouton de Gruyter, 1993.

ROBINS, R. H. (1983). *Pequena história da lingüística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico S/A.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 52ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2014.

SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. Tradução de Isaac Sallum. 5ªed. São Paulo: Cultrix, 1973.

SUETÔNIO. *De grammaticis et rhetoribus*. Edição de R. Kaster. Oxford: Clarendon, 1995.

SILVA, Rosa Virgínia Matos e. *Tradição gramatical e gramática tradicional*. São Paulo: Contexto, 2000.

TEYSSIER, Paul; (trad.) Celso Cunha. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1982.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2005.

VARRÃO. *De língua Latina*. Edição de M.-A. M. Casquero. Barcelona/Madri: Ánthopros/ Ministerio de Educación y Ciencia, 1990.

VEYNE, P. *O império greco-romano*. Tradução e M. M. & M. Del Priore. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

WEEDWOOD, Bárbara; (trad.) Marcos Bagno. *História Concisa da Linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.